



**Centro Universitário de Brasília – UNICEUB**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais**  
**Curso Relações Internacionais**

**LORENA DE OLIVEIRA COSTA**

**Agronegócio brasileiro: história, importância no cenário internacional e  
perspectivas**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB.

Prof. Orientador: Alaor Silvio Cardoso

**Brasília-DF**  
**2008**

**LORENA DE OLIVEIRA COSTA**

**Agronegócio brasileiro: história e perspectiva**

Banca Examinadora:

---

Prof.º Alaor Silvio Cardoso  
(Orientador)

---

Prof.º Carlito Roberto Zanetti  
(Membro)

---

Prof.<sup>a</sup> Meireluce Fernandes da Silva  
(Membro)

**Brasília-DF  
2008**

## AGRADECIMENTOS

Finalmente chegou o melhor momento. Momento de agradecer a todos que me ajudaram e participaram dessa tarefa complicada mas muito recompensadora.

Agradeço a principal ajuda que recebi que foi de Jeová Deus. Aquele que me deu essa vida preciosa e a quem recorri em oração nos momentos difíceis e nos ótimos para agradecer.

Às duas pessoas mais importantes na minha vida, meu pai Antonio e minha mãe Marília. Se escrevo estas linhas agora é porque eles me proporcionaram todas as oportunidades de estudo. E soube aproveitar todas elas. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelos puxões de orelha, pelas palavras de carinho. São meu grande exemplo de luta e coragem. A saudade de morar longe deles é enorme.

Agradeço à minha irmã Polyana por dividir a vida dela comigo desde o começo. Desde o momento em que Jeová nos criou. Ela é um exemplo de dedicação e persistência em tudo o que faz. Agradeço a ela por ter me apresentado o Vinícius Lages que foi um incentivador deste trabalho e me forneceu vários livros de seu acervo pessoal sem os quais a conclusão desta monografia não seria possível.

Ao meu irmão Máyron pelo jeito engraçado e despreocupado de ser. Sei que ele vai conquistar tudo o que ele busca.

Agradeço ao meu amor Yulo porque esteve sempre do meu lado em todos os momentos, os bons e os ruins. Sempre me incentivando, dando forças para continuar. Sempre me tranquilizando quando achava que não iria conseguir. O amor dele foi muito importante.

Quero agradecer a todos da minha família que há meses me perguntam “já entregou a monografia”? Todos são muito importantes.

Ao Evandro pela amizade que criamos desde o início do curso e mesmo enfrentando grandes diferenças, continua.

Ao meu orientador Alaor que teve participação importantíssima para a conclusão desta monografia. Sempre calmo, sempre inteligente, sempre sensato.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	vii
LISTA DE GRÁFICOS .....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	ix
RESUMO .....	xii
ABSTRACT .....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – O QUE É AGRONEGÓCIO.....	3
1.1 Definição de agronegócio .....	3
1.2 Antes, Dentro e Depois da Porteira .....	7
1.2.1 Segmento Antes da Porteira .....	7
1.2.2 Segmento Dentro da Porteira.....	9
1.2.3 Segmento Depois da Porteira .....	9
1.3 Transformações no agronegócio brasileiro.....	12
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1 Adam Smith: Teoria das Vantagens Absolutas .....	19
2.2 David Ricardo: Teoria das Vantagens Comparativas.....	21
1.2 Heckscher – Ohlin – Teoria das Proporções dos Fatores .....	22
CAPÍTULO 3 – NEGOCIAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO .....	23
3.1 GATT e a Organização Mundial do Comércio.....	23
3.2 O Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai .....	26
3.3 Futuras Negociações.....	30
CAPÍTULO 4 – OS NÚMEROS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO .....	33
4.1 Desempenho das exportações do agronegócio .....	34
4.2 Exportações por produtos .....	35
4.3 Exportações por mercados.....	37
4.4 A participação brasileiras nos principais mercados.....	40
4.5 Desempenho das exportações em 2007 .....	43
CAPÍTULO 5 – AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SUAS PERSPECTIVAS .....	47
5.1 Porque o mundo olha para o Brasil. ....	47
5.2 A crise dos alimentos e o papel do agronegócio brasileiro .....	55
5.2.1 O biocombustível é realmente um vilão? .....	61

5.2.2 Soluções propostas .....	64
5.3 Perspectivas.....	67
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS .....	77

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Participação relativa dos segmentos do agronegócio mundial e no Brasil no ano de 2005.....	10
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação dos principais setores nas exportações do agronegócio em 2007(%).....	46
Gráfico 2 – Principais destinos das exportações do agronegócio em 2007.....	46

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AARU - Acordo Agrícola da Rodada Uruguai

Abag - Associação Brasileira de Agricultura

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

CPA - Cadeia de Produção Agroindustrial

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Embrater - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FMI - O Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ícone - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PENSA - Programa de Estudo dos Negócios do Sistema Agroindustrial

PIB - Produto Interno Bruto

SAG - Sistemas agroindustriais

SAI - Sistema Agroindustrial

SPS - Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

SSP - Special Safeguard Provision

UE - União Européia

WFP - World Food Programme

## **RESUMO**

Este trabalho compreende os desafios enfrentados pelo agronegócio brasileiro e mostra seu potencial no cenário mundial. O estudo abrange a história, o momento atual e as perspectivas para o agronegócio do Brasil. Também será dado ênfase à importância das negociações em âmbito internacional na Organização Mundial do Comércio para regulamentar e liberalizar o comércio assim como a crise global dos alimentos e o potencial do Brasil como principal país fornecedor de alimentos e minimizador dessa crise.

Palavras-chave: agronegócio, alimento, etanol, Organização Mundial do Comércio, Rodada de Doha, exportação.

## **ABSTRACT**

This study understands the challenges faced by the Brazilian agribusiness and shows its potential in the world scene. This study will cover the history, the current moment and the perspectives for agribusiness in Brazil. It will also be given emphasis to the importance of the negotiations at the international level in the World Trade Organization to regulate and liberalize trade as well as how the global food crisis and the potential of Brazil as the main country supplier of food country and minimizer of this crisis.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se inicia por apresentar os conceitos e visões de alguns dos principais estudiosos sobre o que é e qual a importância do agronegócio brasileiro mostrando ser fundamental compreender o agronegócio dentro de uma visão sistêmica que engloba os setores denominados “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “após a porteira”.

O agronegócio brasileiro prestou, desde o ano de 1500, forte contribuição para a economia do país, marcando a época dos ciclos econômicos, como o pau-brasil- que deu nome ao país, açúcar, café, borracha, cacau, ouro, algodão, fumo e mais recentemente soja, frutas e derivados, carnes, couros, calçados entre outros. Hoje o agronegócio vive um momento esplendoroso e dá uma enorme contribuição ao momento atual da economia. O setor é um dos principais impulsionadores da economia do Brasil. Grande parte desse sucesso se deve à enorme modernização pela qual o agronegócio vem passando que possibilitou a atual eficiência de um Brasil pujante que vale a pena conhecer.

Por qualquer ângulo que se analise o mercado, o tamanho que o Brasil adquiriu no campo do agronegócio é impressionante. O país é líder mundial de exportação de açúcar, café, suco de laranja e soja. Assumiu também a dianteira nos segmentos de carne bovina e frango, depois de ultrapassar tradicionais concorrentes como Estados Unidos e Austrália. E essa participação deve aumentar a cada ano. As previsões são excelentes. Além do conjunto de vantagens naturais que o país possui, conta com uma das maiores extensões territoriais formada por áreas eminentemente produtivas, uma extraordinária reserva de água potável e é o país no topo da lista das nações com a maior biodiversidade do planeta. Privilégios esses que fazem o Brasil ter franca vantagem competitiva e que possibilitam sua ótima posição no agronegócio mundial.

Diante de dados superlativos e de tudo o que vem acontecendo no campo, é difícil discordar de que uma parte considerável do futuro da economia brasileira está ligada ao agronegócio. O Brasil é competitivo como poucos. É e ainda pode ser muito mais. É exatamente com esses dados que o leitor vai se deparar agora.

O primeiro capítulo aborda definições da literatura sobre agronegócio, sistema agroindustrial, complexo agroindustrial, cadeia de produção agroindustrial com o intuito de entender o complexo sistema no qual está inserido a agricultura e a pecuária. Aborda a definição e a importância dos segmentos “antes”, “dentro” e “depois da porteira”, importantes para evidenciar a competência do Brasil na produção e na distribuição de produtos e a pouca eficiência na agregação de valor. Mostra também as transformações pelas quais o agronegócio passou durante as últimas décadas.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico no qual este trabalho está embasado. Explica a Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith, a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo e o modelo de Heckscher – Ohlin.

O terceiro capítulo demonstra a importância das negociações internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio para a regulamentação e liberalização do comércio internacional. Aponta a relevância das Rodadas Uruguai e Rodada Doha.

No quarto capítulo estão presentes as estatísticas do agronegócio. Desempenho das exportações do agronegócio, exportações por produtos, exportações por mercados, a participação brasileira nos principais mercados e o desempenho das exportações em 2007.

O quinto e último capítulo explora o valor do agronegócio brasileiro no cenário internacional e suas perspectivas. Trata também da crise mundial dos alimentos, suas razões e o papel do agronegócio brasileiro. Apresenta a opinião e preocupação de vários estudiosos e líderes mundiais sobre essa crise assim como a influência dos biocombustíveis. Por fim, aborda as possíveis soluções propostas para solucioná-la.

## CAPÍTULO 1 – O QUE É AGRONEGÓCIO?

### 1.1 Definição de Agronegócio

Para se dizer da importância do estudo deste tema, é necessário antes expor as visões e os conceitos empregados para o agronegócio.

O termo agricultura, que se refere ao setor produtivo baseado na atividade rural, que tem na terra um fator de produção essencial, foi usado até bem recentemente, segundo Araújo<sup>1</sup>, para entender a produção agropecuária em toda a sua extensão, ou seja, desde o abastecimento de insumos necessários à produção até a industrialização e a distribuição dos produtos obtidos. Porém, nas últimas décadas, esse setor econômico passou por muitas transformações, tornando-se muito mais complexo e abrangente.

Devido às grandes transformações, o entendimento do setor somente como agricultura passou a ser insuficiente. O conceito de agricultura perdeu seu sentido, porque deixou de ser somente rural, ou somente agrícola, ou somente primário. Assim, a agricultura passou a ocupar um contexto mais abrangente, denominado de Agronegócio, tradução do termo *Agribusiness*.

Segundo João Eduardo Lopes Queiroz<sup>2</sup>, os primeiros estudiosos a conceituar o agronegócio foram os americanos John. H. Davis e Ray A. Goldberg, pesquisadores de Harvard. Segundo esses autores, o agronegócio deve ser entendido como:

“a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento,

---

<sup>1</sup> ARAUJO, Massilon J. *Fundamentos de Agronegócios*. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

<sup>2</sup> SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos; QUEIROZ, João Eduardo Lopes (Coord.). *Direito do agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 24-27.

processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.”<sup>3</sup>

Baseando-se no conceito criado por Davis e Goldberg, Ney Bittencourt de Araujo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza concluíram que o termo conceituado dessa forma teria um entendimento mais amplo. De forma que o agronegócio, segundo estes autores seria:

“engloba fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o Governo, os Mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.”<sup>4</sup>

Outro conceito nos é dado por Antônio Maria Gomes de Castro, segundo ele,

“o negócio agrícola é definido como um conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de produtos agropecuários e agrofloretais. Incluem serviços de apoio e objetiva suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e florestal.”<sup>5</sup>

Décio Zulbersztajan, fundador e coordenador-geral do Programa de Estudo dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) da Universidade de São Paulo, por sua vez,

---

<sup>3</sup> DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray. A. *A concept of agribusiness*. New York: Alpine. 1957. P. 136. In: SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos; QUEIROZ, João Eduardo Lopes (Coord.). *Direito do agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 25-27.

<sup>4</sup> ARAUJO, Ney Bittencourt; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo Agroindustrial: O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990, p. 3.

<sup>5</sup> CASTRO, Antônio Maria Gomes de. *Análise da Competitividade de Cadeias Produtivas*. EMBRAPA: Manaus, 2000. p. 4.

adverte para o fato de que o amadurecimento do conceito de agronegócio ainda está por vir. O emérito professor da Universidade de São Paulo explica:

“o conceito de Agronegócio está longe de estar maduro, os jargões ainda não se estabeleceram, a compreensão dos limites, dos métodos e dos produtos gerados ainda não convergiu, mas muito progresso foi realizado neste campo. Muitos se perguntam se estamos evoluindo para uma ciência ou se tudo não passa de um tema interdisciplinar, que como tal deve ser tratado.”<sup>6</sup>

Zulbersztajan bem observa que na última década o conceito de agronegócio evoluiu a ponto de concretizar um bem definido programa ou agenda para a pesquisa, educação e consultoria. Muito debatido no meio acadêmico e no meio empresarial, esse conceito tomou corpo e ganhou espaço nas universidades, empresas, governo e mais recentemente nas agências internacionais. Ele ainda caracteriza o agronegócio como o convívio intenso entre a prática e a ciência.

Para Mário Otávio Batalha, esse

“[...] termo agronegócio é bastante próximo do conceito de Sistema Agroindustrial. [...] pode ser considerado como o conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas, etc.) ao consumidor, não estando associado a nenhuma matéria-prima agropecuária ou produto final específico.”

7

Outro elemento importante ao se reportar à problemática agroindustrial no Brasil refere-se às várias expressões utilizadas na literatura, tais como: sistema agroindustrial,

---

<sup>6</sup> ZYLBERSZTAJN, Decio. *Ensino, Pesquisa e Consultoria nos Agronegócios*: as Múltiplas Linguagens do Profissional dos Agronegócios. In: PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Regis (Coord.). *A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro*: Agronegócio no Terceiro Milênio Rio de Janeiro: ABAG/Agroanalysis/FGV, 1999, p. 95-96.

<sup>7</sup> BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília: CNPq, 2000, p.5

complexo agroindustrial, cadeia de produção agroindustrial. Essas expressões possuem análises e objetivos diferentes.

Batalha define esses três termos:

**Sistema Agroindustrial (SAI):** compreende o conjunto de atividades responsáveis pela produção de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas, etc.) ao consumidor. O Sistema Agroindustrial aproxima-se da definição inicial de agronegócio proposta por Goldberg. O SAI é composto por seis conjuntos de atores: i) agricultura, pecuária e pesca; ii) indústrias agroalimentares; iii) distribuição agrícola e alimentar; iv) comércio internacional; v) consumidor; e vi) indústrias e serviços de apoio.

**Complexo Agroindustrial:** tem como ponto de partida determinada matéria-prima de base (complexo soja, complexo leite, por exemplo). A arquitetura do complexo agroindustrial é caracterizada pela transformação de uma certa matéria-prima, segundo os diferentes processos industriais e comerciais até se transformar em diferentes produtos finais. Assim, a formação de um complexo agroindustrial exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma associada a um produto ou família de produtos.

Bacha complementa observando que o complexo agroindustrial é o conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e à transformação de determinado produto agropecuário.

Seguindo ainda o pensamento de Batalha:

**Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA):** ao contrário do complexo agroindustrial, é definida a partir da identificação de um determinado produto final. A partir daí, cabe ir encadeando, de jusante a montante, as várias operações técnicas, comerciais e logísticas, necessárias a sua produção.

Esse pensamento sistêmico tratado até o momento por todos esses autores é confirmado por Pinazza e Alimandro<sup>8</sup>, segundo os quais a visão sistêmica da agricultura elaborada inicialmente por Davis e Goldberg foi um verdadeiro divisor de águas.

Segundo Araújo é fundamental compreender o agronegócio dentro dessa visão sistêmica que engloba os setores denominados “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “após a porteira”. Esses três termos serão explicados no item seguinte.

## **1.2 Antes, Dentro e Depois da Porteira**

A concepção de sistemas agroindustriais visualiza o agronegócio de forma integrada e inter-relacionada entre os diversos agentes que o compõem, bem como as atividades efetuadas entre si. Essa inter-relação é exemplificada pelas fases antes da porteira, dentro da porteira e depois da porteira que são definidas por Araújo.

### **1.2.1 Segmento Antes da Porteira**

Esse segmento é constituído pelos insumos agropecuários, pela inter-relação de produtores de insumos com agropecuaristas e serviços agropecuários.

Os insumos agropecuários são os fatores de produção principais, necessários à produção agropecuária em geral, tais como: máquinas, implementos, equipamentos e complementos, água, energia, corretivos de solos, fertilizantes, agroquímicos, compostos orgânicos, materiais genéticos, hormônios, inoculantes, rações, sais minerais e produtos veterinários.

---

<sup>8</sup> PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Regis (Coord.). *A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócio no Terceiro Milênio* Rio de Janeiro: ABAG/Agroanalysis/FGV, 1999.

Nas inter-relações de produtores de insumos com agropecuaristas os agentes econômicos atuantes no agronegócio, “antes da porteira” são as indústrias de máquinas, adubos, etc., as empresas produtoras de materiais genéticos e os distribuidores de insumos (varejistas, atacadistas e seus representantes).

Os principais serviços agropecuários “antes da porteira” são os seguintes: pesquisas agropecuárias; fomento, extensão rural e assistência técnica; elaboração de projetos; análises laboratoriais; crédito e financiamentos; vigilância e defesa agropecuária; proteção e defesa ambiental; incentivos fiscais; comunicações, infra-estrutura, treinamento de mão-de-obra e assentamentos dirigidos.

O Brasil se destaca mundialmente no quesito pesquisa agropecuária com os trabalhos da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A importância da Embrapa, que tem sua história contada no livro *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: a história da Embrapa*<sup>9</sup>, é imprescindível para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. É uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA); com sede em Brasília e tem unidades de pesquisa distribuídas nos diversos Estados da Federação. É uma empresa reconhecida nacional e internacionalmente pela sua eficiência, pela sua capacidade de gerar soluções adequadas e oportunas, de articular novas parcerias e negócios de base tecnológica e pela excelência de sua contribuição técnico-científica.

### **1.2.2 Segmento Dentro da Porteira**

---

<sup>9</sup> EMBRAPA. *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: a história da Embrapa*. Embrapa: Brasília, 2002.

Os segmentos produtivos que se realizam “dentro da porteira” constituem a produção agropecuária propriamente dita, os quais são divididos em subsegmentos distintos: agricultura (ou produção agrícola) e pecuária (ou criação de animais em geral). Significa o trabalho dentro das fazendas, desde as atividades iniciais de preparação para começar a produção até a obtenção dos produtos agropecuários *in natura* prontos para a comercialização.

A característica típica do segmento é a de numerosos produtores rurais, predominantemente pequenos, distribuídos e distanciados em grandes espaços, com pouca organização representativa, de modo que não têm força suficiente para formar preços de seus próprios produtos. Assim, o segmento “dentro da porteira” é tomador de preços dos demais segmentos. Outro recurso utilizado nesse segmento é a gestão de custos.

### **1.2.3 Segmento Depois da Porteira**

Esse segmento é constituído basicamente pelas etapas de processamento e distribuição dos produtos agropecuários até atingir os consumidores, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como comércio, agroindústrias, prestadores de serviços, governo e outros.

Esse segmento compreende os seguintes pontos: canais de comercialização (caminhos percorridos pelos produtos), agentes comerciais e formação de preços nos quais a elevação de preços ocorre em cada mudança de nível ou em cada intermediação, as agroindústrias (unidades empresariais onde ocorrem os beneficiamentos), a logística, as instituições e entidades de apoio à comercialização e por fim as atuações do governo na comercialização (tributações, subsídios e barreiras).

Araújo também relata que as características desses três segmentos do agronegócio no Brasil acompanham a distribuição deles em âmbito mundial.

Tabela 1 Participação relativa dos segmentos do agronegócio mundial e no Brasil no ano 2005

Segmento do Agronegócio	Mundial (%)	Brasil (%)
“Antes da porteira”	13	4,7
“Dentro da porteira”	15	29,1
“Depois da porteira”	72	66,2

Fontes: Tabela 1 (mundial) e NUNES e CONTINI (Brasil).

A partir da tabela 1, Araújo chega a algumas conclusões. O segmento “antes da porteira” é o de menor participação relativa em todo o agronegócio, tanto em âmbito mundial como de Brasil. A participação brasileira é ainda mais inexpressiva que o restante dos países no que diz respeito ao segmento. Esses dados demonstram que o Brasil utiliza menos intensivamente bens e serviços necessários à produção agropecuária do que em âmbito mundial. O agronegócio brasileiro ainda depende de boa parte de insumos importados e mão de obra humana. No entanto, esse segmento no Brasil apresenta destaque em nível mundial, sobretudo com referência à pesquisa agropecuária. Os avanços tecnológicos nas três últimas décadas são fantásticos.

O mesmo acontece com o segmento “depois da porteira”, no qual o valor do agronegócio no Brasil é menor relativamente, caracterizando menor agregação de valor. No segmento “dentro da porteira” é o inverso, a participação do agronegócio brasileiro é maior, ou seja, o Brasil ainda é um produtor de matéria-prima, consumindo ou exportando produtos *in natura*, relativamente mais que em nível mundial. As exportações brasileiras são compostas basicamente por produtos commodities, como açúcar, café, soja, frutas, ou seja, o Brasil exporta matéria-prima e/ou bens intermediários ou não acabados, possibilitando a agregação

de valores fora do país. Assim, surge quase sempre o caso em que o Brasil exporta a matéria-prima e importa o bem acabado.

O Brasil é extremamente competente na produção “dentro da porteira”, mesmo concorrendo com países que praticam elevados subsídios, como França, Estados Unidos e Japão. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, essa competência pode ser comprovada pela elevação da produtividade e a safra recorde em 2008. No mês de Junho de 2008 a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab - divulgou uma atualização dos números da safra e confirmou uma produção recorde. A nova estimativa da safra de grãos para o ano de 2008 foi divulgada pelo ministro da agricultura Reinhold Stephanes. No total, devem ser colhidos 144,3 milhões de toneladas, um aumento de 8,4% em relação a safra de 2007 que até o momento é a recordista. Entre os destaques, a soja com 59,5 milhões de toneladas e o milho, com 57,8 milhões de toneladas. A área total plantada, de 47 milhões de hectares, também deverá crescer 3,7% em relação ao ano de 2007.

Também a qualidade dos produtos brasileiros é evidenciada. Mas deixa de ganhar muito por não agregar valor aos produtos.

A tendência, em âmbito mundial, é de diminuição das participações relativas dos segmentos “antes e dentro da porteira” enquanto o segmento “depois da porteira” tende a subir para 80% a 82%, em aproximadamente três décadas. Ou seja, os segmentos de processamento, distribuição e serviços “depois da porteira”, que já são altos tendem a elevar-se ainda mais. Esse pensamento reforça a importância que o segmento “depois da porteira” assume em todo o agronegócio mundial e o Brasil precisa acompanhar esse movimento para competir de igual para igual com outros países.

### 1.3 Transformações no agronegócio brasileiro

Nas relações internacionais, o agronegócio brasileiro proporcionou, desde o ano de 1500, forte contribuição para a economia do país, marcando épocas de ciclos econômicos, como: pau-brasil- que deu nome ao país, açúcar, café, borracha, cacau, ouro, algodão, fumo, soja, frutas e derivados, carnes, couros, calçados e outros. Hoje a principal *commoditie* é a soja.

De acordo com Pinazza e Alimandro, todas as grandes revoluções tecnológicas provocaram mudanças nos modos de produção e o escopo da agricultura na atividade econômica. Quando o homem codificou símbolos para comunicação, nas pedras foram lapidadas imagens e desenhos sobre práticas agrícolas, cuja herança cultural transmitia-se entre gerações. A agricultura egípcia do rio Nilo era registrada e perpetuada. O homem deixava de praticar atividades nômades e milenares baseadas na pesca e extração de fruto. No século XIII, quando a primeira revolução agrícola se completou, a Europa já era uma região bem avançada no emprego de energias naturais na agricultura.

Com a segunda onda de inovação ocorrida no início do século XVIII, mais uma série de descobertas é incorporada ao campo, tais como o semeador mecânico, o abanador de cereais e as primeiras culturas de forrageiras integradas ao preparo do solo, as debulhadoras mecânicas e as colhedoras.

A década de 1840 a 1850 é considerada o marco do surgimento da agricultura moderna. A escala de produção altera processos tradicionais e seculares de produção, mediante inovações: mecânicas, biofísicas (agindo na qualidade e conservação dos produtos), bioquímicas (fertilização e pesticidas) e biológicas (ex: leis da transmissão dos caracteres hereditários descobertas por Johann Mendel).

Seguindo ainda o pensamento de Pinazza e Alimandro, no prazo de algumas décadas nada se faz como antes. Mas os fatos e registros presentes na segunda metade e de maneira mais concentrada no final do século XX são também fortemente impactantes na produção primária. A biotecnologia combinada com a microeletrônica rompem paradigmas na agricultura, em velocidade de meses, dias, segundos e de tempo real.

Em termos de Brasil, a aventura da construção e das transformações do país sempre contou com um grande apelo rural no que diz respeito à economia.

Durante a Ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, o ex- presidente Getúlio Vargas gostava de utilizar em discursos a expressão “celeiro do mundo” para traduzir a idéia de que o Brasil estava destinado a se transformar num gigante dos negócios do campo. Para Cláudia Vassallo<sup>10</sup> essa imagem, que sempre soou ufanista, nunca fez tanto sentido quanto agora. O país é, inquestionavelmente, um dos grandes da área em termos de produtividade e emprego de alta tecnologia, além de possuir um grande potencial de evolução.

De acordo com Bacha<sup>11</sup>, o agronegócio sofreu profundas mudanças no período de 1930 a 1945. Antes, centrado na cafeicultura transformou-se em uma estrutura mais diversificada. A economia brasileira também enfrentou um novo processo de industrialização. A ocorrência de dois fenômenos internacionais distintos – a Grande Depressão no início da década de 30 e a Segunda Guerra Mundial no período de 1940 a 1945 – criou cenários internacionais que implicaram dinamismos diferentes para as economias.

Seguindo o pensamento de Bacha, as principais nações capitalistas industrializadas reagiram à crise econômica impondo barreiras sobre as importações, com o objetivo de aumentar a demanda por bens internos e criar novos empregos. Uma das conseqüências dessa

---

<sup>10</sup> Cláudia Vassallo é diretora de redação da revista Exame.

<sup>11</sup> BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas S.A., 2004.

atitude foi o colapso nos preços das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Como consequência o preço internacional do café despencou em nível internacional afetando profundamente a economia brasileira. Veio a crise do café e as transformações exemplificadas pela diversificação das culturas. No entanto, pode-se constatar que apesar da crise da cafeicultura na década de 30, o agronegócio como um todo se expandiu.

Nas décadas seguintes intensificou-se a diversificação das produções e houve aumento do mercado consumidor doméstico já que a ocorrência da Segunda Guerra Mundial impunha restrições físicas às importações.

Observando Pinazza e Alimandro até a década de 50, a história da agricultura nacional, bem como da latino-americana é marcada pela convivência entre dois modelos: a *plantation* e a de subsistência.

Esses autores assim definem o modelo *plantation*:

“A agricultura de *plantation* caracteriza os ciclos econômicos e explica o nascimento, crescimento e decadência de muitas regiões. O gado, a cana-de-açúcar, o algodão, o café, o cacau, dentre outras explorações, em diferentes momentos e locais, entoaram o ritmo da atividade econômica, social e política. Apesar de extrativo, o próprio ciclo da borracha, na Amazônia, revela as peculiaridades típicas da *plantation*”.<sup>12</sup>

O modelo denominado de subsistência tem assim sua definição:

“A outra forma de agricultura – a de subsistência – coexistia com a primeira, através da pequena propriedade, do arrendatário, do meeiro e do colono. Mesmo que pobre e ineficiente, a agricultura de subsistência carregava

---

<sup>12</sup> PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Regis (Coord.). *A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócio no Terceiro Milênio* Rio de Janeiro: ABAG/Agroanalysis/FGV, 1999, p. 19.

responsabilidades na sociedade. Ela absorvia a massa da população concentrada no campo e abastecia, com seus excedentes, a população urbana e a mão-de-obra rural das *plantations*”.<sup>13</sup>

Mas, com o crescimento demográfico e a explosão urbana das últimas décadas, a sociedade deixou rapidamente para trás um estilo de vida secular, o rural. O Brasil acompanhou essas tendências mundiais.

Bacha observa que o agronegócio a partir da década de 50 foi caracterizado pelo desenvolvimento econômico liderado pela industrialização e não mais pelo agronegócio. Estabeleceram-se planos econômicos que incentivaram as atividades industriais via a substituição de importações. Poucas políticas foram adotadas de modo a estimular o crescimento do agronegócio, entre elas a ampliação da malha rodoviária, permitindo a expansão da fronteira agrícola.

Em contrapartida, Bacha relata que os anos de 1965 a 1986 foi um período de aceleração do processo de modernização do agronegócio brasileiro. Houve grandes mudanças na importância do agronegócio no processo de desenvolvimento do país. O agronegócio foi favorecido por uma nova política cambial, pela política de expansão da malha rodoviária e por políticas específicas de crédito rural, preços mínimos, pesquisa e extensão rural.

Pinazza e Alimandro afirmam também que na primeira metade da década de 70 foram criadas a Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a Embrater, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, à época ambos órgãos federais responsáveis por coordenar as atividades de pesquisa e extensão rural em nível nacional. Dignas de menção, também, as políticas de crédito rural subsidiado e estímulos às exportações. O Produto Interno Bruto – PIB, brasileiro apresentou grande crescimento nesse

---

<sup>13</sup> Ibidem

período. Também nos anos 70, a agricultura brasileira ganhava cara nova, com o advento do complexo soja mediante a expansão da fronteira agrícola.

O agronegócio passou a ter um crescimento com menos subsídios e mesmo assim o setor teve crescimento físico da produção bastante elevado. Reorientadas, as fazendas buscaram escalas de produção. A especialização e a padronização preconizadas por Taylor<sup>14</sup> chegavam às unidades de produção agropecuária.

Na década de 1990, ocorreu a abertura da economia brasileira aos mercados internacionais. O acesso a novos produtos e consumidores exigiu mudanças nas estratégias das empresas que compõem os diferentes Sistemas agroindustriais, SAGs. Juntamente com a preocupação com o preço, estratégias casadas entre produto – preço; a criação de novos nichos passa por um aumento da especialização dos produtos e outros atributos do produto ganham espaço, como a qualidade.

Do ponto de vista de Roberto Rodrigues<sup>15</sup>, a agricultura brasileira viveu na primeira metade dos anos 90 uma brutal transição. Saiu de um cenário no fim da década anterior caracterizado por inflação alta, país fechado e políticas públicas razoáveis para outro, poucos anos depois, de inflação baixa, país aberto ao exterior, principalmente na agricultura, e estado falido. Nessa caminhada teve perda de renda inédita na história, tanto pela ação governamental quanto pela desarticulação do setor privado.

Essa transição tem três facetas: uma bem evidente, que é a tecnológica, e outras duas pouco mensuráveis, a gerencial e a de modelo.

A tecnológica se caracteriza pelo uso do que há de mais evidente em matéria de inovação para o campo: máquinas e implementos de última geração rodando pelas fazendas

---

<sup>14</sup> Frederick Winslow Taylor (1856-1915) engenheiro norte-americano foi aprendiz, operário, mecânico e engenheiro-chefe. Ele é considerado o pai da administração científica, cujos princípios se baseavam na estrutura formal e nos processos de organização.

<sup>15</sup> Roberto Rodrigues é professor e ex-ministro da agricultura. Atualmente é coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas.

brasileiras, plantio direto, variedades novas, fórmulas diferentes de fertilizantes e defensivos, transferência de embriões, o que equipara nossos produtores aos melhores do mundo.

A revolução gerencial é ainda mais importante: administração comercial, financeira, fiscal e tributária é essencial para o resultado positivo dos agricultores. A gestão de recursos humanos e a gestão ambiental, também. A informação em tempo real e confiável é um instrumento básico para o moderno agricultor, para o gerente contemporâneo.

Mas, sem dúvida, a grande mudança está no modelo. Não é mais possível, ou não será no curto prazo, fazer renda no campo vendendo matéria-prima para compradores tradicionais. Por mais que se tenha incorporado tecnologia, o mercado já não sustenta a renda rural para o produtor que não agrega valor à sua produção. Esta revolução, a de modelo, é a que exige o conceito de cadeia produtiva de agregação de valor às produções primárias. Os mecanismos clássicos para isto estão à disposição dos produtores: cooperativismo, associativismo, parcerias, alianças estratégicas, todos fatores existentes e ainda não explorados adequadamente. E que também precisam ser modernizados.

As trajetórias a serem tomadas pelo agronegócio, segundo Roberto Rodrigues, têm cordões umbilicais conectados às evoluções pretéritas e aos estudos atuais. Grandes complexos agroindustriais foram montados e estão prontos para disputar negócios em muitas partes do mundo. Para Pinazza e Alimandro o importante é seguir o ditado de pensar globalmente e agir localmente, para colocar a competitividade nacional no padrão internacional. O agronegócio brasileiro se tornou de vital importância para a economia brasileira, e só por esse motivo já merece o nosso empenho.

No rumo do horizonte, a visão se amplifica a partir do cenário a ser construído pelas premissas ditadas pela globalização da economia, das regras acordadas na Organização Mundial do Comércio, OMC, da emergência de países em desenvolvimento e do equilíbrio e da consciência ambiental.

## CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL TEÓRICO

O agronegócio representa o primeiro setor em valor de produção e é um dos principais setores exportadores do Brasil, suficiente para colocá-lo entre os principais produtores e exportadores mundiais de vários produtos agrícolas. O setor agroindustrial sempre desempenhou, e deve continuar desempenhando, um papel de destaque no equilíbrio do comércio exterior brasileiro.

A eficiência e o sucesso brasileiro no campo do agronegócio podem ser explicados pelas teorias do comércio internacional: Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith e posteriormente a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo.

A teoria do comércio internacional surgiu da necessidade de explicação das trocas internacionais.

Segundo a teoria de David Ricardo:

“Se um país é mais eficiente na produção de dois bens, pode ser que ele seja relativamente mais eficiente na produção de um deles. Esse país deve se especializar na produção e exportação da mercadoria que produz com maior eficiência”.<sup>16</sup>

Antes da apreciação das contribuições clássicas dessas teorias é importante mencionar que foram antecedidas pelo Mercantilismo – doutrina econômica que prevaleceu na Europa entre os séculos XVI e XVIII.

É com o advento do liberalismo econômico que se começa a autonomizar e desenvolver a teoria do comércio internacional. O liberalismo vai procurar edificar uma teoria da especialização internacional, esforçando-se por evidenciar as vantagens que a mesma,

---

<sup>16</sup> JOQUEBEDE, Maria Pessoa. Referencial teórico In: As exportações do Brasil para a União Européia e a Questão das Barreiras Comerciais, p. 17

associada a condições de livre comércio, pode assegurar aos países. A análise da especialização é assim colocada no centro desta doutrina.

## **2.1 Adam Smith: Teoria das Vantagens Absolutas**

Com o intuito de se entender melhor a Teoria das Vantagens Comparativas se torna necessário estudar primeiramente a Teoria das Vantagens Absolutas. Smith foi um dos primeiros economistas a se dedicar ao tema do comércio internacional, ele escreveu uma obra cujo nome é Riqueza das Nações. Procurava explicar que a aplicação da divisão do trabalho na área internacional permitindo a especialização de produção aliada às trocas entre as nações contribuía para a melhoria do bem estar das populações.

Adam Smith demonstra as vantagens da livre troca, ao observar que a abertura ao exterior conduz a um ganho importante para os dois parceiros da troca (embora podendo não ser equitativo) e, portanto, também para a economia mundial (originando o aumento global da riqueza).

Para tal, basta que os países se especializem de acordo com as suas vantagens absolutas: cada país deve especializar-se (completamente) no(s) produto(s) em que tem vantagem(s) absoluta(s) em termos de custos (ou produtividade), ou seja, em que o número de horas de trabalho requerido para a sua produção é menor. Deste modo, propõe que os países não façam tudo: devem apenas produzir e, portanto, exportar os produtos em que têm maior produtividade e eficiência e comprar (importar) aqueles em que os outros são melhores.

O comércio e outras transações internacionais vêm crescendo rapidamente. As restrições sobre as importações eram de certa forma ilógica.

Em 1776 Adam Smith escreveu:

“Dar o monopólio do mercado interno do produto da indústria nacional, em qualquer arte ou manufatura em particular é o mesmo que definir o que cada pessoa deve fazer com seu capital, sendo, em quase todos os casos, uma regra inútil ou prejudicial... o princípio de qualquer chefe de família prudente é nunca tentar fazer em casa algo que lhe custe mais para produzir do que para comprar. O alfaiate não procura fazer seus próprios sapatos, ele os compra do sapateiro, o sapateiro não tenta fazer suas próprias roupas, ele as compra do alfaiate... Aquilo que é prudente na condução de qualquer família dificilmente poderia ser insensato na condução de um grande reino. Se um outro país puder nos fornecer um bem por um preço mais baixo do que o necessário para que nós mesmos o produzamos, é mais sensato comprar dele com parte da produção da nossa própria indústria, empregada de modo a nos trazer uma certa vantagem. A indústria geral do país, sempre proporcional ao capital empregado, não será diminuída por isso, assim como os artesãos mencionados acima. Trata-se simplesmente de encontrar o meio de utilizá-la a fim de obter o máximo de vantagem possível. Portanto, se a indústria for utilizada para produzir um projeto que pode comprar mais barato do que produzir, ela não estará sendo utilizada a fim de obter o máximo de vantagem possível”.<sup>17</sup>

Note-se ainda que a teoria das vantagens absolutas apresenta uma limitação séria. Com efeito, um país ineficiente em termos absolutos em ambos os bens não poderia participar no comércio internacional.

Esta limitação viria a ser discutida por David Ricardo, que propôs a teoria das vantagens comparativas ou relativas. De acordo com essa teoria, ainda que um país apresente maior eficiência na produção de ambos os bens, poderá haver vantagens com a livre troca para ambos os países intervenientes na troca.

Além de David Ricardo outros economistas como Bertil Ohlin (1933), Wolfgang Stolper (1941), Paul Samuelson (1941), T.M. Ribezensk (1955), Gottifred von Hoberler

---

<sup>17</sup> JOQUEBEDE, Maria Pessoa. Referencial teórico In: As exportações do Brasil para a União Européia e a Questão das Barreiras Comerciais, p. 19

(1933) e Eli Hecksher (1919), estudaram o tema sobre as Vantagens Comparativas, no qual cada a sua maneira deu sua contribuição.

## **2.2 David Ricardo: Teoria das Vantagens Comparativas**

David Ricardo (1817) tentou mostrar que mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente a produzir todos os bens, continuaria a participar no comércio internacional ao produzir e exportar os bens que produzisse de forma relativamente mais eficiente.

Ricardo aperfeiçoou a teoria das Vantagens Absolutas, mostrando que o comércio também poderia ser proveitoso para ambos os países, mesmo que um deles tivesse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias.

No modelo Ricardiano como era chamada, as diferenças que existem entre os países em relação aos preços relativos se devem às diferenças entre as exigências de mão-de-obra. O que pode acontecer é que um país use menos mão-de-obra, porém sua vantagem absoluta no que diz respeito à eficiência não o impedirá de comercializar com outros países menos eficientes, ou seja, ele terá uma vantagem comparativa nas atividades em que sua vantagem absoluta for maior; o que para Smith é o contrário, ou seja, não haveria a especialização de produção, e nem a troca entre os dois países.

No modelo de David Ricardo há uma exigência tanto de mão-de-obra quanto dos custos. Por isso, as condições de demora não determinavam o padrão de troca de um caso com dois países e dois bens. Mas, elas ajudam a determinar os termos de troca, o que influencia na distribuição dos ganhos do comércio. A Teoria das Vantagens Comparativas é de extrema importância para as diferenças internacionais, fornecendo explicação para as relações internacionais no que tange as condições de oferta, na definição dos papéis das condições de

oferta e demanda, determinação de padrões de comércio e distribuição dos ganhos do comércio.

A Teoria das Vantagens Comparativas explica então em que condições um país, mesmo sendo mais eficiente na produção de todas as mercadorias, tem vantagem em praticar o livre comércio.

### **2.3 Heckscher – Ohlin – Teoria das Proporções dos Fatores**

No modelo de Heckscher – Ohlin, as diferenças existentes entre os países em termos de preços relativos se devem a diferenças referentes a dotações de fatores, o que seria a causa básica do Comércio. Essas dotações são baseadas em dois pressupostos: os bens são diferentes em termos de exigências de fatores, ou seja, é possível classificar os bens por intensidade de fatores. Outro pressuposto diz que os países apresentam diferenças em termos de dotação de fatores sendo classificados por abundância de fatores. Com esses pressupostos a teoria de Heckscher – Ohlin se baseia no fato de que um país com abundância de capital tende a se especializar em bens que exijam também maior intensidade de capital. Em termos gerais o comércio se baseia nas diferenças de abundância de fatores, reduzindo os efeitos principais dessas diferenças.

A teoria de Heckscher - Ohlin se baseia em três hipóteses:

- a) Os fatores de produção (capital e trabalho) não possuem mobilidade entre países;
- b) Os fatores são utilizados em proporções diferentes na produção dos produtos;
- c) As dotações relativas dos fatores são diferentes para os países.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> CARDOSO, Alair Silvio. *Vantagens Comparativas das Exportações Brasileiras para a Alemanha*. O modelo de Heckscher Ohlin. Universidade Católica de Brasília, Brasília 2003.

## **CAPÍTULO 3 – NEGOCIAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**

Este capítulo, após um breve histórico da Organização Mundial do Comércio, OMC, tem o intuito de apresentar a relevância das negociações internacionais no âmbito do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, GATT, assim como na Organização Mundial do Comércio para a regulamentação e liberalização do comércio internacional. Explora a importância da Rodada Uruguai para o agronegócio bem como da Rodada Doha que ainda está em andamento.

### **3.1 GATT e a Organização Mundial do Comércio**

A Organização Mundial do Comércio, OMC, é uma organização única no comércio internacional. Ao longo dos seus mais de 50 anos de atividade; primeiro como GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio- e, desde 1994, com o final da Rodada Uruguai, como Organização Mundial do Comércio. Seus membros negociaram e consolidaram regras que passaram a nortear a liberalização e a regulamentação do comércio internacional.

A OMC tem por funções básicas não só a criação de regras para o comércio internacional, mas a supervisão da adoção e implementação dessas regras pelos membros da Organização. Uma das funções que a caracterizam como única no quadro das instituições internacionais é o mecanismo criado para dirimir os conflitos gerados pela aplicação dessas regras que é chamado de mecanismo de solução de controvérsias<sup>19</sup>. Este evoluiu de um sistema diplomático do antigo GATT a um sistema jurídico-diplomático da OMC.

---

<sup>19</sup> O mecanismo de solução de controvérsias confere à Organização um poder singular no cenário internacional: no caso de descumprimento de suas decisões, o Órgão de Solução de Controvérsias pode autorizar um Membro

As negociações comerciais internacionais vêm ganhando enorme relevância na agenda da política externa brasileira. O Brasil participa atualmente de diversas dessas negociações, nos foros multilateral, regional e bilateral. Em todos eles as negociações agrícolas são os principais temas de discussão e importância, sendo a liberalização do comércio agrícola o tema que tem ditado o ritmo das negociações em relação aos demais setores em pauta. As mesmas envolvem debates delicados em temas como barreiras tarifárias e não-tarifárias, subsídios domésticos (ou apoio interno), subsídios e créditos à exportação, entre outros. Posições divergentes dos vários países no âmbito internacional tornam-se freqüentemente antagônicas e conflituosas, bloqueando o avanço das negociações.

Para Marcos Jank e Vera Thorstensen<sup>20</sup> o Brasil sempre foi um membro de relevo na organização, não só por seu peso específico crescente no comércio internacional, mas também pelo atuante papel que vem desempenhando nas atividades da OMC e nas negociações de cada rodada. Cabe sublinhar sua participação, cada vez mais ativa, no mecanismo de solução de controvérsias.

Nesse sentido, uma análise sobre as negociações agrícolas mostra-se relevante para este trabalho, na medida em que o Brasil possui interesses claramente ofensivos nesta área, com vistas a uma maior liberalização.

Ao longo dos anos, o objetivo de liberalização do comércio foi se consolidando a partir de rodadas de negociação e períodos extensos de implementação para as novas regras negociadas e novos temas foram incorporados às discussões como: serviços, propriedade intelectual, investimentos, entre outros.

---

prejudicado a adotar retaliações comerciais contra o parceiro inadimplente em suas obrigações perante a Organização Mundial do Comércio - OMC. O mecanismo somente pode ser acionado por um dos Membros da Organização. O objetivo do mecanismo é fazer com que a parte afetada modifique sua política de comércio exterior, de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio. Somente nos casos de recusa de tal cumprimento é que a OMC autoriza retaliações.

<sup>20</sup> THORSTENSEN, Vera; JANK, Marcos Sawasa (Coord.). *O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2005.

Os temas negociados na OMC têm impacto significativo nas negociações regionais. Isso ocorre porque todos os acordos regionais precisam ser compatíveis com as regras da OMC, sob o risco de sofrerem pressões de países terceiros no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias.

Segundo Alberto do Amaral Júnior<sup>21</sup> o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT 1947) conferiu uma disciplina jurídica para o comércio internacional de bens incluindo o comércio agrícola. Contudo, alguns dispositivos do GATT 1947 conferiam tratamento diferenciado para os produtos agrícolas. À agricultura eram aplicáveis diversas exceções às obrigações decorrentes do Acordo Geral, o que possibilitava a adoção de diversas barreiras não-tarifárias, como quotas e outras restrições quantitativas, e ainda a permanência de elevadas tarifas e a concessão de enormes volumes de subsídios, tanto domésticos quanto à exportação.

Apenas na oitava rodada de negociações multilaterais do GATT, a Rodada Uruguai (1986-1994), é que começaram discussões acerca da efetiva inclusão de regras mais rígidas para o tema agrícola. Justamente em virtude da complexidade desta negociação, a Rodada Uruguai levou um tempo recorde de oito anos para ser concluída.

No contexto das negociações da Rodada, os negociadores norte-americanos e europeus mantiveram uma série de acordos bilaterais, os quais culminaram em um documento conjunto proposto pelas duas potências denominado Acordo de *Blair House*, possibilitando a superação dos impasses no grupo de negociações agrícolas e culminou no Acordo Agrícola da Rodada Uruguai, AARU, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1995, embora tenham sido resguardadas inúmeras exceções que permitiam manter elevadas proteções e subsídios.

---

<sup>21</sup> AMARAL JÚNIOR, Alberto do (Coord.). *OMC e o Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

### 3.2 O Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai

Segundo Vera Thorstensen<sup>22</sup> o Acordo Agrícola trouxe uma série de conquistas para os países favoráveis à regulamentação do setor, entre elas: consolidação e posterior redução dos subsídios à exportação e do apoio doméstico aos produtores; tarifificação (transformação de barreiras não-tarifárias em tarifas); consolidação e redução média das tarifas; e ainda, garantia de acesso mínimo e acesso corrente para produtos antes bloqueados pelo elevado nível de proteção.

O Acordo sobre Agricultura também trouxe definições precisas para as três grandes modalidades ou pilares da negociação agrícola: acesso a mercados, subsídios domésticos (ou apoio interno) e competição nas exportações.

No entanto, para Alberto do Amaral Júnior, o Acordo pouco conseguiu em termos de liberalização do comércio agrícola e de acesso a mercado, uma vez, que poderiam ser mantidos significativos subsídios a exportações, poucas alterações foram conseguidas nas políticas de apoio interno, o processo de tarifificação restabeleceu barreiras tarifárias extremamente elevadas, e as quotas tarifárias que foram estabelecidas foram reduzidas e administradas de forma pouco transparente. Por tais motivos, muitos membros da OMC consideraram importante uma nova fase de negociações.

Para os interesses brasileiros, uma efetiva liberalização agrícola é de grande relevância, tendo em vista que os produtos mais exportados pelo Brasil sofrem uma série de restrições.

Foi também prevista uma medida de salvaguarda especial (também conhecida como SSP – *Special Safeguard Provision*) para os produtos agrícolas. As salvaguardas especiais

---

<sup>22</sup> THORSTENSEN, Vera. *OMC Organização Mundial do Comércio. As regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

podem ser utilizadas sem a demonstração do grave dano ou ameaça de grave dano para a indústria doméstica, o que não é permitido quando da adoção de uma salvaguarda geral.

Foi estabelecido também o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias conhecido como Acordo SPS. O Acordo permite a aplicação de restrições ao livre comércio quando se faça necessário proteger a vida e a saúde humana, animal e vegetal. Assim, a segurança dos alimentos, a preocupação com os efeitos da doença da vaca louca e da *influenza* aviária, por exemplo, o limite de resíduos na plantação de soja e de milho ou os impactos da febre aftosa nas exportações de carne são assuntos que chamam a atenção pelos potenciais impactos restritivos ao comércio.

Os membros devem fundamentá-las em princípios científicos tendo, no mínimo, certa base de evidências. A justificativa científica e a verificação de riscos representam os elementos centrais do Acordo SPS.

O Acordo estabeleceu um tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, no que se refere aos compromissos assumidos. Tais compromissos tiveram maior flexibilidade de implementação para os países em desenvolvimento e contaram com um período de dez anos ao contrário dos países desenvolvidos que contaram com apenas seis anos. Não foram exigidos compromissos dos países menos desenvolvidos.

A necessidade de continuar o processo de liberalização do comércio, principalmente na área agrícola, levou os membros da OMC a iniciarem mais um ciclo de discussões. A primeira tentativa, em Seattle, no final de 1999, acabou em impasse, em parte, causado pelos países em desenvolvimento, que não mais aceitavam a imposição da agenda dos grandes parceiros comerciais, como EUA e UE. Nova tentativa de negociação, no final de 2001, na cidade de Doha no Qatar, foi bem-sucedida, em razão de forte influência dos acontecimentos de 11 de setembro nos EUA.

Na V Conferência Ministerial da OMC, foi lançada a nona rodada de negociações multilaterais, com o objetivo de prosseguir o processo de liberalização do comércio e o crescimento econômico, principalmente dos países em desenvolvimento. O nome da atual rodada reflete os novos tempos da instituição – Rodada de Desenvolvimento de Doha.

No dia 1º de agosto de 2004, os membros da OMC aprovaram o “programa de trabalho” da nova rodada em Genebra, que trouxe a estrutura básica para o futuro acordo da Agenda do Desenvolvimento de Doha. Merece destaque o avanço do multilateralismo comercial, que corria risco de forte retrocesso, e a presença do Brasil como *player* central e ativo nas negociações.

Com base nos estudos de Vera Thorstensen, a Rodada de Doha, iniciada no final de 2001, sofreu seu primeiro sério revés quando a reunião de ministros convocada para setembro de 2003, em Cancún, com o objetivo de fazer um balanço dos trabalhos e imprimir novo impulso às negociações, acabou em impasse, basicamente pela impossibilidade de membros desenvolvidos e em desenvolvimento se entenderem sobre o tema agrícola. Novo alento foi dado em Genebra, em julho de 2004, quando o Conselho Geral alcançou consenso sobre um quadro de referência (*framework*) para o prosseguimento das negociações. Ficou acordado que a próxima conferência Ministerial ocorreria no final de 2005, em Hong Kong, China, com o objetivo de se buscar consenso nas principais questões sobre modalidades para as negociações agrícolas e não-agrícolas, o que permitiria a conclusão da Rodada em 2006.

Dependendo dos temas em negociação, grupos (ou coalizões) vão se formando em função de seus interesses comuns em cada negociação. A China, como novo membro, tem se aliado aos países em desenvolvimento, mas defende interesses específicos dos países de adesão recente à OMC.

Por exemplo, a criação do G-20. A tentativa de imposição de um texto defensivo sobre modalidades agrícolas na Conferência de Cancún, em 2003, pelos EUA e UE, deu origem a

um grupo de oposição que defende posições ofensivas na redução dos subsídios à exportação e redução do apoio interno – o G-20, liderado por Brasil, Índia e China. Esse grupo foi chamado de G-20, em referência ao dia de sua constituição oficial em Genebra, 20 de agosto de 2003. O G-20, conta hoje com 19 membros. Segundo dados do ano de 2008 da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO e do Banco Mundial, esse grupo responde por 90% do produto interno bruto mundial, 80% do comércio internacional (incluindo o comércio interno da UE), assim como dois terços da população do mundo. O peso econômico do G-20 e a grande população que representa dão-lhe elevado grau de legitimidade e influência na condução da economia e do sistema financeiro globais.

A 6ª Conferência Ministerial da OMC aconteceu em Hong Kong, China. Foi estabelecido que os países industrializados abolirão os subsídios de todos os produtos agrícolas até o final de 2013, com previsão de uma diminuição substancial em 2010, e em conjunto com alguns países em desenvolvimento, concederão a isenção de impostos alfandegários e o acesso a mercado sem quotas para todos os produtos dos países subdesenvolvidos até o ano de 2008.

Na cerimônia de encerramento, o secretário-geral da OMC, Pascal Lamy confirmou os êxitos da conferência de Hong Kong e apontou: “Os resultados desta reunião fizeram com que as negociações da Rodada de Doha voltassem ao caminho certo, fato que se encontrava urgente”. Segundo Lamy, com a reunião de Hong Kong, as negociações da Rodada de Doha concluíram 60% de seus objetivos.

“Partimos de uma situação em que éramos demonizados como o grande obstáculo que impedia um acordo que, obviamente, não nos convinha, para outra em que somos vistos por todos como interlocutor indispensável e mesmo como único capaz de oferecer um ponto de

equilíbrio entre posições conflitantes’’, disse o Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim em referência ao G-20 após a 6º Conferência Ministerial.

### **3.3 Futuras Negociações**

Na área de acesso a mercados, o quadro é o de tradicional conflito Norte-Sul, com os países desenvolvidos interessados em consolidação e redução substancial das tarifas de importação, e os países em desenvolvimento defendendo a continuidade da proteção de suas indústrias. Em serviços, o quadro se repete, com os países desenvolvidos buscando agressivamente novos mercados nessa área, enquanto os países em desenvolvimento se mantêm em atitude mais defensiva.

Na área de regras, os interesses são outros. De um lado, os EUA procuram defender as leis e práticas dos seus principais mecanismos de defesa comercial – antidumping e anti-subsídios (ou direitos compensatórios). De outro, membros prejudicados por tais medidas procuram reduzir os graus de liberdade da aplicação desses instrumentos. Segundo John Veroneau, vice-representante de Comércio dos Estados Unidos; “o Brasil, assim como os Estados Unidos, está cada vez mais dependente de exportações e de uma economia global forte, o que só reforça a necessidade de se chegar a um acordo sobre a Rodada de Doha na Organização Mundial de Comércio ainda no ano de 2008”. Afirmou também que há uma percepção crescente de que, com as preocupações com a economia global e uma perspectiva de um crescimento mais lento, os ministros se concentrem ainda mais nas oportunidades que significariam dar uma injeção no braço da economia global com um Acordo de Doha

No entanto, esse acordo ainda está em andamento e não tem data precisa para sua conclusão. Há os países que perdem mais ou menos com o atraso ou mesmo com a não conclusão da Rodada Doha. O Brasil, sem dúvida, está entre os maiores perdedores. Vários

estudos do Banco Mundial e outras instituições como a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) já apontavam o país como o grande beneficiário de um acordo bem sucedido na OMC.

Dentro do Brasil também há aqueles que perdem mais ou menos com o fracasso. O setor agrícola é, indubitavelmente, o mais prejudicado com a falta de progresso nas negociações. É incontestável que o foco da rodada estava centrado na redução das distorções do comércio agrícola mundial.

O novo acordo agrícola que poderia resultar da Rodada Doha seria particularmente importante para estancar a escalada crescente dos subsídios agrícolas nos últimos anos.

A grande novidade nesta rodada foi a presença do G-20 cujo mérito foi colocar os países em desenvolvimento e o tema agrícola no centro das negociações. Todavia, além das suas divergências internas, a maioria dos países do G-20 assumiu posições pouco ambiciosas nas negociações de bens industriais. O Brasil, como líder do G-20, também foi pouco ativo no sentido de conter o ímpeto protecionista da Índia em alguns temas agrícolas, como o estabelecimento das chamadas salvaguardas agrícolas especiais para os países em desenvolvimento, o que prejudicaria enormemente as nossas exportações para esses países que já alcançam mais de 50% das nossas vendas externas.

A maioria dos negociadores ataca os Estados Unidos pelo impasse. Na agricultura, os americanos são “seletivos”, mas na área industrial pedem “concordância incondicional”. Já o Embaixador Americano na OMC, Peter Allgeier, acelerou a crítica aos grupos em desenvolvimento, conduzidos por Brasil, Índia e África do Sul. Afirmou que “Agora não é mais tempo para se dizer o que não se quer, é tempo para dizer o que estão prontos a fazer em agricultura e na área industrial”.

Está claro que não há mais tempo hábil para concluir a Rodada Doha ainda no ano de 2008. Para que essa negociação seja concluída com sucesso, contudo, é necessária uma

mudança da postura negociadora excessivamente defensiva do Mercosul, o que tem inviabilizado a conclusão de todas as negociações com relevância comercial para o Brasil. Um complicador para a retomada das negociações com a UE é o redirecionamento das prioridades comerciais da Europa para Ásia, relegando a segundo plano o Mercosul e a América Latina. A possível incorporação recente pelo Mercosul da Venezuela é outro complicador para recuperar a capacidade do bloco em melhorar sua inserção externa.

Para Antônio Donizeti Beraldo<sup>23</sup> o caminho dos contenciosos comerciais é outra possibilidade que se coloca. Os produtores rurais estão bastante desestimulados em trilhar esse caminho, pois embora tenham sido bem sucedidos nos contenciosos anteriores com os EUA (algodão) e a UE (açúcar), os resultados não tem sido implementados até agora. O governo brasileiro, infelizmente, tem sido pouco firme em exigir o cumprimento das decisões do órgão de solução de controvérsias da OMC.

---

<sup>23</sup> Antônio Donizeti Beraldo é assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

## **CAPÍTULO 4 – OS NÚMEROS DO AGRONEGÓCIO**

O Brasil, ao longo de sua história, sempre esteve inserido no que se determinou chamar comércio internacional.

Após uma fase inicial, de inserção internacional centrada na comercialização de um produto primário agroexportável, passou a possuir uma gama de produtos competitivos passíveis de comercialização no mercado internacional. A pauta exportadora diversificou-se assim como os parceiros comerciais.

A forte expansão das exportações do agronegócio nos últimos sete anos - 2000 a 2007 - tem sido um dos aspectos mais destacados da economia brasileira. Assim o cenário promissor de contínuo crescimento das exportações do agronegócio torna oportuno o estudo da balança comercial do agronegócio brasileiro neste quarto capítulo.

O objetivo é examinar mais detalhadamente os principais aspectos do desempenho recente das exportações do agronegócio, com ênfase na distribuição geográfica. Inicialmente será analisado o desempenho das exportações na década de 90 e no período 2000 a 2006. Em seguida será feito um estudo abordando os seguintes aspectos: exportações por produtos e mercados, participação brasileira nos principais mercados e o desempenho das exportações em 2007.

Este capítulo analisa o comércio bilateral de produtos do agronegócio do Brasil apresentando os principais mercados de destino das exportações brasileiras, que adquiriram em valor 88,4% das vendas externas brasileiras. Assim como um exame específico dos principais parceiros comerciais do agronegócio brasileiro, suas principais importações agrícolas e o comércio com o Brasil.

#### 4.1 Desempenho das exportações do agronegócio

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>24</sup>, MAPA, durante os períodos analisados, podem-se distinguir claramente três períodos na evolução do comércio agrícola mundial: um período de crescimento entre 1994 e 1996, queda e estagnação entre 1997 e 2000 e um período de recuperação e auge de crescimento a partir de 2001. De fato, as exportações cresceram apenas 1,6% no período 1994 a 2000, fase em que as exportações agrícolas brasileiras crescem abaixo do comércio agrícola mundial. No período de 2001 a 2004 o comércio agrícola mundial cresceu 9,1%, o mesmo crescimento anual alcançado pelo comércio de bens. As exportações agrícolas brasileiras mostraram um crescimento acima do comércio agrícola mundial e do próprio comércio mundial de bens. Nesse período o setor exportador agrícola brasileiro mostra um desempenho excepcional. As exportações praticamente dobraram, de US\$15,4 bilhões para US\$30,8 bilhões, registrando uma taxa anual de crescimento de 18,8%, comparada com uma taxa de 9,1% do comércio agrícola mundial e do comércio mundial de bens.

Considerando todo o período de 1994 a 2004, as exportações agrícolas brasileiras cresceram a uma taxa anual de 8,2%, praticamente o dobro do comércio agrícola mundial.

Em suma, a comparação dos dados das exportações do Brasil com o comércio mundial sinaliza um quadro bastante favorável com elevado dinamismo e aumento da participação nas exportações agrícolas mundiais.

No período de 2000 a 2006, de acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, as exportações do agronegócio brasileiro apresentaram um crescimento acumulado de 140%, passando de US\$20,6 bilhões para US\$49,4 bilhões. Esse incremento significou um crescimento anual de 15,7%. Durante toda a década de 90, as

---

<sup>24</sup> LOPES, Eliezer de Lima (Coord). *Intercâmbio Comercial do Agronegócio*. Trinta principais parceiros comerciais. Brasília: MAPA/SRI/DPI/CGOE, 2007.

exportações do setor cresceram apenas 59%, menos da metade do crescimento apresentado nos seis primeiros anos da década atual. No período de 2002 a 2006, houve forte aceleração do crescimento, alcançando 18,8% a.a. A participação desse setor no total das exportações brasileiras tem-se situado em torno de 40%. Este desempenho resultou tanto da diversificação de produtos quanto da diversificação dos mercados de destino.

Segundo afirmações feitas pelo MAPA, as exportações do agronegócio totalizaram, em 2005, a cifra de US\$43,6 bilhões, representando cerca de 37% das exportações totais brasileiras, que somaram US\$118 bilhões. Em dez anos, o País dobrou o faturamento com as vendas externas desses produtos e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. O superávit comercial do agronegócio foi de US\$38,4 bilhões, um recorde histórico para o setor.

#### **4.2 Exportações por Produtos**

A análise da composição setorial das exportações do agronegócio pode ser feita fundamentando-se na classificação utilizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA na base de dados Agrostat Brasil. Essa classificação agrupa cerca de 2.200 NCM's<sup>25</sup> que compõem o agronegócio em 25 setores.

Considerando o desempenho por setores, com exceção apenas das bebidas, todos apresentaram crescimento das exportações. Entre eles, os que tiveram maior incremento (acima de 200%, portanto mais que triplicaram as vendas externas no período de 2000 a 2006) foram carnes (341,5%), complexo sucroalcooleiro (529,8%), cereais, farinhas e preparações (1.023%), lácteos (985%) e animais vivos (1.473%).

---

<sup>25</sup> Nomenclatura Comum do Mercosul - classificação, composta de 8 dígitos, que posiciona a mercadoria para efeitos de comércio exterior, definindo as alíquotas, a incidência de tributos, os incentivos existentes, os contingenciamentos, inclusão em acordos internacionais etc., e facilitando a comercialização, a análise e a comparação das estatísticas dos diversos países.

De acordo com a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio vinculada ao MAPA, as exportações de carnes aumentaram quase o dobro do crescimento médio das exportações, passando de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 8,6 bilhões. Houve um ganho de participação de 8 pontos percentuais, passando de 9,5% das exportações totais para 17,5%. No caso do açúcar e álcool houve um aumento de 35,9% a.a, passando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 7,7 bilhões. Houve ganho de participação de 9,7 pontos percentuais, passando de 6% para 15,7%. Esses setores adquiriram importância similar à de dois outros: soja (US\$ 9,3 bilhões, 18,8% do total), que continuou liderando o ranking das exportações ordenado por valor exportado e produtos florestais (US\$ 7,8 bilhões, 15,9% do total). Os anos de 2002 e 2004 refletem a predominância da soja, que chega a alcançar a parcela de mais de ¼ das exportações do agronegócio.

A cultura da soja é a grande responsável pelo recente crescimento da agricultura brasileira. Atualmente, o Brasil é o segundo maior produtor mundial e lidera as exportações mundiais do complexo soja (grão, farelo e óleo). São produzidas, no país, cerca de 50 milhões de toneladas anualmente. Essa afirmação é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento, Conab.

Ainda segundo a Conab, juntos; complexo soja, carnes, complexo sucroalcooleiro, produtos florestais e cereais foram responsáveis por 75% do incremento absoluto das exportações do agronegócio. Os setores que também apresentaram contribuição significativa foram café (5,5%), couros (4,6%), fumo (3,2%), cereais (2,3%), fibras e produtos têxteis (1,9%), sucos de frutas (1,7%) e frutas (1,2%).

O aumento da concentração das exportações nos cinco principais setores exportadores – complexo soja, carnes, produtos florestais, complexo sucroalcooleiro e couros - mostra que houve nos anos de 2005 e 2006 uma maior concentração do crescimento, de modo que um

número relativamente menor de setores foi responsável pela maior parte do aumento absoluto das exportações.

Essa concentração no crescimento reflete o forte incremento do segmento sucroalcooleiro nos anos de 2005 e 2006, responsável por 44,5% do acréscimo das exportações.

Em síntese, as principais mudanças na composição da pauta de exportação foram o forte aumento da participação das exportações de carnes e do setor sucroalcooleiro, que passaram a ter importância similar, em valor, aos setores de soja e produtos florestais. Esse desempenho levou a uma maior concentração da pauta exportadora nos cinco principais setores, que foram responsáveis por 68% das exportações em 2006 e por 91% do incremento das exportações nos anos de 2004 e 2005. Não obstante essa concentração, identificou-se também um crescimento generalizado das exportações do agronegócio.

#### **4.3 Exportações por Mercados**

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, a distribuição das exportações do agronegócio do Brasil segundo regiões, blocos e países passou por significativas mudanças entre 2000 e 2007.

As exportações brasileiras do agronegócio expandiram-se em todos os blocos econômicos para os quais o Brasil exportou, com destaque para a Europa Oriental, cujo incremento foi de 53,4% segundo o MAPA.

De acordo com o MAPA, além do dinamismo apresentado no período 2000 a 2005, há outro aspecto que se deve ressaltar: trata-se de uma mudança estrutural em relação à participação dos diversos países nos destinos das exportações do agronegócio nacional. O

número de mercados subiu de 182 países em 2000 para 214 em 2005 e passou por grandes modificações.

O aumento da participação dos países não tradicionais que se encontram entre os 30 principais compradores dos produtos do agronegócio brasileiro não impediu que as exportações, para esses mesmos 30 principais países, perdessem espaço. Assim, além de uma melhor diversificação entre os 30 principais parceiros, o Brasil conseguiu ampliar a participação de outros parceiros comerciais, o que se pode chamar de desconcentração dos destinos das exportações do agronegócio.

De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, houve um aumento significativo da participação dos países em desenvolvimento nas exportações brasileiras de produtos do agronegócio. O crescimento anual médio das exportações do agronegócio para este grupo de países foi de 23,1%, enquanto para grupo de países desenvolvidos essa taxa foi de 10,8%. Com efeito, a participação dos países em desenvolvimento aumentou de 33,9% em 2000 para 49,1% em 2006, um aumento de 15,2 pontos percentuais. A participação das exportações aos países desenvolvidos caiu de 66,1% em 2000 para 50,9% em 2006.

Deste modo, com base na redução significativa de participação dos mercados tradicionais, como os Estados Unidos e a União Européia, verifica-se que países sem grande tradição de comércio com o Brasil incrementaram fortemente as suas frações no comércio do agronegócio brasileiro.

A maior queda de participação no grupo de economias desenvolvidas, baseando-se nos dados do MAPA concentrou-se na União Européia e Estados Unidos, cujo aumento de valor exportado de 10% e 11% a.a., respectivamente, abaixo do crescimento médio das exportações totais, de 15,7%, resultou em perda de participação de 9,1 pontos percentuais e 3,9 pontos percentuais, respectivamente.

Ainda segundo dados do MAPA, no grupo de economias em desenvolvimento, apresentaram forte crescimento anual as exportações do agronegócio para Ásia (27,4%), Europa Oriental (36%), África (33,2%) e Oriente Médio (27,8%). Todas essas regiões apresentaram aumento da participação nas exportações totais, a Ásia liderando com uma variação de 7 pontos percentuais (passando de 9% em 2000 para 16% em 2006). A crescente importância das economias em desenvolvimento está associada principalmente ao incremento das exportações dos setores de carnes, sucroalcooleiro e soja para esses destinos. Esses três setores foram responsáveis por 75% do incremento das exportações para os países em desenvolvimento.

Esse desempenho indica que, mantida a tendência dos últimos seis anos, as economias em desenvolvimento que já representaram em 2000 menos de 40% das exportações do agronegócio, e em 2006 foram responsáveis por metade das exportações, podem na próxima década ter uma participação próxima de 60% das exportações.

Os cinco mercados que mais contribuíram para o aumento das exportações do agronegócio, segundo a Secretaria de Relações Internacionais do MAPA foram UE (25% da variação total das exportações), Estados Unidos (11,4%), China (11%), Rússia (9,5%) e Irã (4%). Estes cinco mercados contribuíram com 60% do incremento absoluto das exportações brasileiras.

Observa-se, pois, pelas estatísticas a forte diversificação de destinos das exportações do agronegócio brasileiro.

#### **4.4 A participação brasileira nos principais mercados**

A análise do crescimento e da distribuição das exportações do agronegócio por países e regiões é insuficiente para entender o desempenho brasileiro recente e suas oportunidades e perspectivas nos diversos mercados. A análise do nível e evolução da participação brasileira nos mercados de destino é importante não somente para entender o desempenho recente, mas também para se avaliar as perspectivas de sustentabilidade do crescimento das exportações e as alternativas de políticas comerciais. O pressuposto desta análise é que a evolução das exportações depende do tamanho e ritmo de crescimento dos mercados importadores e da taxa de participação do Brasil nesses mercados. Países com mercados pequenos, pouco dinâmicos ou com elevada participação brasileira oferecem menos oportunidades que países com mercados grandes, dinâmicos e onde a participação brasileira é ainda baixa.

A análise da participação das exportações do Brasil no total das importações do agronegócio dos países de destino indica a inserção da produção brasileira em cada mercado e permite identificar oportunidades para expansão das exportações.

A participação brasileira, de acordo com o MAPA, aumentou pouco ou não variou nos maiores mercados como o Japão, EUA, e União Européia. Apresentou maior ganho de mercado em países como China, Rússia, Tailândia, Emirados Árabes e Indonésia, e em mercados pequenos como África do Sul, Nigéria e Argélia.

Verifica-se, segundo o MAPA, que países como a China e a Rússia saíram de posições como 11º e 12º no ano 2000, respectivamente, para 3º e 4º em 2005. Caso se suponha que o dinamismo importador dos referidos países venha a se manter semelhante ao ocorrido nos últimos cinco anos, pode-se dizer que serão os principais parceiros comerciais do agronegócio brasileiro em 2010.

O grupo formado por União Européia, EUA e Japão contribuiu com 39% do incremento das exportações com base em informações do MAPA. Apesar do aumento das exportações para esses países estar abaixo de 17,8% e a participação brasileira nesses mercados não ter se elevado muito, são mercados grandes e com elevada participação nas exportações brasileiras. Devido ao valor inicial elevado, mesmo com menor dinamismo relativo esses países apresentam grande contribuição para o incremento das exportações. Entre os três mercados, é importante ressaltar que o Brasil tem uma participação elevada apenas no mercado da União Européia (11%). No caso de EUA e Japão, a participação brasileira apresentou variação de pouco mais de um ponto percentual, passando para 4% e 2,8% respectivamente. É importante ressaltar que a participação nesses mercados é significativamente inferior à participação brasileira no mercado mundial, que alcançou 5,7% em 2005.

O outro grupo importante é um grupo de países médios (entre 5 e 50 bilhões em importações) para os quais as exportações brasileiras estão crescendo acima da média. São mercados dinâmicos. Com exceção de Canadá, Taiwan e Indonésia, as importações desses países cresceram igual ou acima da média mundial (9,9%). As exportações brasileiras para esses mercados cresceram 31% a.a., quase o dobro da variação das exportações totais. Foram responsáveis por quase 34% do aumento absoluto das exportações brasileiras no período de 2001 a 2005. A participação brasileira nesses mercados aumentou de 3,7% em 2001 para 6,7% em 2005. Os maiores e mais dinâmicos são China e Rússia. Suas importações estão crescendo a taxas superiores à do comércio mundial. O Brasil aumentou sua participação de 4% para 8% no mercado chinês e de 9,6% para 12,4% no mercado russo. Outros países deste grupo são Canadá, Suíça, Taiwan, Indonésia, Tailândia, Malásia, Emirados Árabes e Arábia Saudita. É importante ressaltar que são mercados médios, em que o valor total é de US\$ 134 bilhões, e onde a participação do Brasil, com poucas exceções, ainda é baixa. Oferecem

oportunidades, mas as exportações brasileiras para esses destinos estão concentradas em poucos produtos. No caso da China, as exportações de soja representaram 67% do valor exportado em 2006. No caso da Rússia, as exportações de açúcar e carnes representaram 92% das vendas brasileiras a esse mercado.

Ainda segundo o MAPA, um grupo de países com mercados médios para os quais as exportações brasileiras cresceram abaixo de 17,8% ao ano foi o formado por Coréia do Sul, Hong Kong e México, por menor dinamismo. Entretanto, dada a magnitude destes mercados, que conjuntamente totalizam mais de US\$ 54 bilhões, a baixa participação do Brasil nestes indica a existência de barreiras tarifárias e não tarifárias e preferências de terceiros países provindas de acordos regionais.

Para o Ministério da Agricultura, Argélia, África do Sul, Bangladesh, Nigéria e Angola são mercados pequenos, com menos de US\$ 5 bilhões de importações, para os quais as exportações brasileiras cresceram fortemente (44,5%). Sua contribuição ao crescimento das exportações brasileiras foi de apenas 5,6%. Em alguns deles, como África do Sul, Nigéria e Angola, a participação brasileira alcançou níveis elevados. Dois aspectos comuns a esses países que ajudam a explicar o menor crescimento das exportações brasileiras são o baixo dinamismo das importações, com exceção apenas para Romênia e Chile.

O crescimento das exportações do agronegócio foi acompanhado de forte diversificação dos mercados de destino, com aumento da participação dos países em desenvolvimento para quase metade do valor das vendas totais. A partir da observação da evolução da participação brasileira nas importações dos principais parceiros comerciais, evidenciou-se que o Brasil aumentou sua participação em quase todos os mercados. De acordo com o MAPA, dois conjuntos de mercados apresentaram maior contribuição para o aumento das exportações do agronegócio no período analisado. O primeiro grupo é constituído por grandes mercados como União Européia, Estados Unidos e Japão. O segundo

grupo é constituído de mercados médios, dinâmicos do ponto de vista do ritmo de crescimento das importações e da expansão das exportações brasileiras. Neste grupo destacam-se China, Rússia, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Tailândia, Malásia e Indonésia. A análise realizada neste trabalho indica que as perspectivas de manutenção do crescimento das exportações e a ampliação da participação brasileira nas importações mundiais dependem da expansão das vendas para estes mercados.

#### **4.5 Desempenho das exportações em 2007**

Com base em dados da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, em 2007, as exportações do agronegócio totalizaram US\$58,415 bilhões, um crescimento de 18,2% em relação a 2006. Um recorde histórico para o setor. O superávit comercial do setor foi de US\$ 49,696 bilhões, resultado 16,3% superior em relação ao verificado no ano anterior, de US\$ 42,72 bilhões. A participação das exportações do agronegócio no total exportado pelo Brasil aumentou de 35,9%, em 2006, para 36,4%, em 2007.

Entre os fatores que explicam o desempenho positivo do agronegócio, destacam-se o elevado crescimento da economia mundial, que implicou uma maior demanda por bens e o aumento dos preços de importantes *commodities* da pauta de exportação. Também contribuiu para o aumento dos preços internacionais dos produtos agrícolas os substanciais ajustes na produção mundial de cereais e oleaginosas que resultaram da crescente demanda da indústria de biocombustíveis segundo informações do MAPA.

Uma análise do MAPA sob o ponto de vista da perspectiva histórica mostra que o desempenho da balança comercial do agronegócio foi recorde no ano. Desde o início da década, o ritmo de crescimento das exportações, de 183,4%, supera o aumento das importações, de 46,5%. O saldo apresentou aumento recorde de 226%, nos últimos oito anos, demonstrando a contribuição crescente do setor agropecuário ao desempenho positivo da balança comercial brasileira.

Carnes e o complexo soja foram destaque na balança comercial do agronegócio em 2007 de acordo com o MAPA. A exportação do conjunto das carnes cresceu 30,7%, somando US\$11,29 bilhões, resultado do aumento de 15,5% na quantidade exportada e de 13,2% nos preços internacionais. O aumento mais expressivo ocorreu no segmento da carne de frango, cujas exportações aumentaram 44,2%, alcançando US\$ 4,62 bilhões no período. As exportações de carne de frango superaram as exportações de carne bovina, em 2007, de US\$ 4,42 bilhões.

As exportações do complexo soja, segundo dados do MAPA, bateram novo recorde, em 2007, com aumento de 22,3%, totalizando US\$11,38 bilhões. A soja foi o principal item da pauta exportadora do agronegócio, no ano, superando ligeiramente o complexo carnes. O principal responsável por esse desempenho do setor foi a elevação de 26,0% nos preços no período, ocasionada pela elevação da demanda mundial. Este desempenho positivo foi alcançado a despeito de uma redução de 2,9% na quantidade exportada.

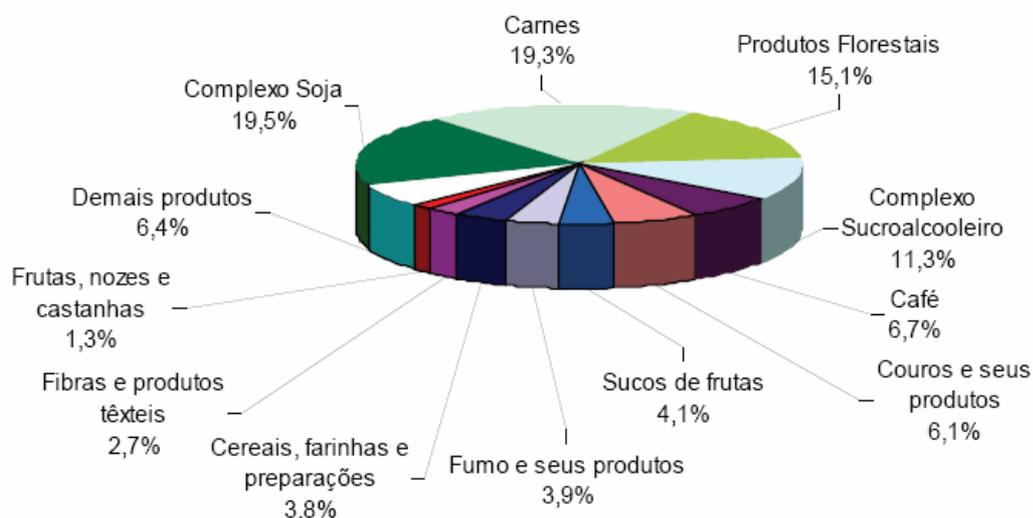
O milho também se destacou na pauta exportadora em 2007. O aumento do consumo nos Estados Unidos para a produção de etanol e a conseqüente redução das suas exportações abriu espaço para o produto brasileiro no mercado internacional. As exportações aumentaram 309,1%, atingindo a cifra inédita de US\$ 1,88 milhão, com um volume exportado de quase 11 milhões de toneladas. Neste quadro, o milho foi assim o produto que apresentou o maior crescimento individual das exportações em 2007.

Com base em dados do MAPA, outros produtos que apresentaram crescimento das exportações foram os produtos florestais (+11,9%) e suco de frutas (suco de laranja), com elevação de 51,3%. As exportações de café cresceram 15,7% em 2007, após um aumento de 14,9% em 2006. Os únicos produtos da pauta exportadora do agronegócio que registraram queda nas exportações, em 2007, foram o complexo sucroalcooleiro, devido à queda nos preços internacionais do açúcar e do álcool, e os produtos da pesca, que registraram redução na quantidade exportada e nos preços.

Quanto às importações, o aumento foi de 30,2% em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 8,71 bilhões. Entre as razões para esse incremento está o barateamento do custo dos produtos importados devido ao câmbio favorável e a elevação de 40,8 % nas importações de trigo.

No gráfico 1 é possível verificar segundo informações da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a participação dos principais setores do agronegócio no quesito exportação no ano de 2007.

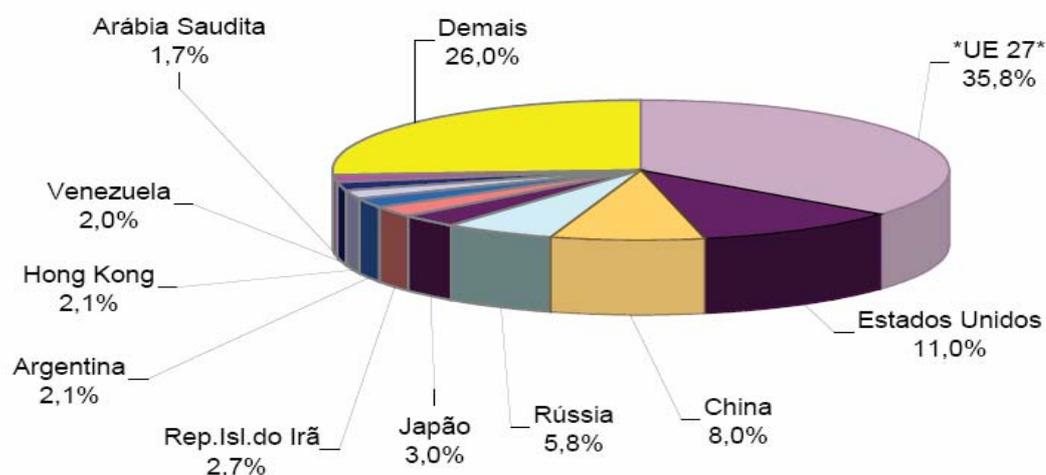
Gráfico 1 – Participação dos principais setores nas exportações do agronegócio em 2007(%)



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: DPI/SRI/MAPA

O Gráfico 2 explora os principais países e blocos econômicos importadores de produtos do agronegócio brasileiro. Destaca-se a UE com 35,8% de participação.

Gráfico 2 – Principais destinos das exportações do agronegócio em 2007



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: DPI/SRI/MAPA

## **CAPÍTULO 5 - O VALOR DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E SUAS PERSPECTIVAS**

Existe uma conjuntura muito favorável para os negócios do Brasil no campo do agronegócio. Este último capítulo explora o valor do agronegócio brasileiro no cenário internacional e suas perspectivas. Trata também da crise mundial dos alimentos, suas razões e o papel do agronegócio brasileiro. Apresenta a opinião e preocupação de vários estudiosos e líderes mundiais sobre essa crise assim como a influência dos biocombustíveis. Por fim, aborda as possíveis soluções propostas para solucioná-la.

### **5.1 Porque o mundo olha para o Brasil**

A história do Brasil, passada de geração para geração, faz jus à importância do agronegócio no desenvolvimento do País. Afinal, segundo dados do Ministério da Agricultura, o agronegócio representa 30% do Produto Interno Bruto nacional, gera 37% de todos os empregos que o país tem e é responsável por 43% das exportações.

O Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro em 2007 atingiu 642,6 bilhões de reais, um crescimento de quase 8% em relação ao ano anterior, de acordo com estimativa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. É uma taxa expressiva de expansão, acima da registrada pelo país – um feito do momento em que o Brasil tem o maior ritmo de crescimento em três décadas. O papel do agronegócio para esse cenário é determinante: o setor representa cerca de 25% das riquezas geradas pelo país. O ano de 2007 foi especialmente favorável para a agricultura e a pecuária, que cresceram mais de 12%.

O agronegócio ocupa uma posição de destaque no sistema econômico de praticamente todas as economias centrais do planeta. Mesmo em grande parte de países que possuem um alto grau de competência tecnológica em áreas industriais variadas, o setor de produção agroindustrial, com destaque para a produção de alimentos, representa o primeiro setor em valor de produção e é um dos principais setores exportadores.

Segundo o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues a locomotiva do Brasil e de qualquer país do mundo é a agricultura. Nem todos se lembram, por exemplo, que uma calça jeans só existe porque alguém plantou algodão, que sapatos, carteiras, cintos, bolsas e assentos de couro só existem porque alguém plantou um pasto onde criou um boi, que depois de virar carne no frigorífico, deu origem ao couro com o qual se fez tudo isso.

Ninguém se lembra que uma gravata de seda só existe porque alguém plantou amora e deu para o bicho da seda comer até ele fazer o casulinho, do qual se extrai o fio com que se faz a seda. Ninguém se lembra que o pneu de borracha existe porque alguém está plantando seringueira. Ninguém se lembra que o vinho existe porque alguém planta uvas; que o papel existe porque estão plantando árvores; que o perfume existe porque alguém planta flores, e assim por diante.

Nenhum país nasceu industrial. Todos os países começam a se desenvolver a partir da geração de comida, porque sem comida nada pode acontecer em seguida. A agricultura tem sido sempre o primeiro projeto econômico, e é da agricultura que dependem os demais setores. O produtor rural está a jusante dessa área de produção de insumos, é quem dá origem a essa área; e é ele também que está a montante do setor industrial, de armazenagem, de transportes, de embalagem e de distribuição. Todos estes setores dependem da agricultura e da pecuária.

Para Neves<sup>26</sup> o agronegócio do Brasil vem impressionando. A razão disso: a competência adquirida, o potencial e os desafios.

Hoje, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Brasil é o terceiro maior produtor agrícola mundial e o primeiro entre os países emergentes. O agronegócio sempre desempenhou, e deve continuar desempenhando, um papel de destaque no equilíbrio do comércio exterior brasileiro.

A situação no mercado externo, caracterizada por ambiente cada vez mais competitivo, não é menos complexa. Batalha afirma que ao mesmo tempo em que a oferta se multiplica em vários mercados nos quais o Brasil mantém uma posição privilegiada, os países ditos desenvolvidos resistem em retirar barreiras à importação como forma de preservar os seus mercados internos. De qualquer forma, o Brasil não pode ficar alheio a esta tendência de internacionalização cada vez maior da economia mundial e de todas as conseqüências que ela acarreta.

A todos esses fatores, inerentes ao agronegócio, deve-se acrescentar a estabilidade econômica que o país vem atravessando e que coloca novos desafios para um gerenciamento eficiente das unidades agroindustriais. Em abril de 2008 o Brasil ganhou o grau de investimento de uma das maiores agências financeiras do mundo, a *Standard & Poor* (S&P). Isso significa que o Brasil entrou para o grupo dos países mais confiáveis para se investir.

O agronegócio brasileiro – mesmo enfrentando os problemas de infra-estrutura, as pressões ambientais e o enfraquecimento do dólar – vive um ótimo momento e dá uma enorme contribuição à economia do país, afirma o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues. Pode-se colecionar uma série de motivos para essa contribuição: a ajuda do clima, um mundo em crescimento, a entrada no mercado global de milhões de pessoas que precisam ser alimentadas. Todos eles são reais. Mas seria um equívoco ignorar a enorme modernização

---

<sup>26</sup> NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo Marzabal. *Agronegócio do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005

pela qual o setor vem passando. Ela fica evidente na área de açúcar e álcool. Os velhos usineiros, que por décadas dominaram a produção do etanol, estão sendo substituídos por corporações com ações em bolsa e investidores estrangeiros. O agronegócio já é um dos setores mais atraentes da Bovespa<sup>27</sup>. Uma série de fusões e aquisições milionárias funciona como motor para o aumento da escala e da competitividade e para a formação de companhias com musculatura global.

Para a Associação Brasileira de Agricultura. Abag, o bom desempenho das exportações do setor e a oferta crescente de empregos na cadeia produtiva não podem ser atribuídos apenas à vocação agropecuária brasileira. O desenvolvimento científico-tecnológico e a modernização da atividade rural, obtidos por intermédio de pesquisas e da expansão da indústria de máquinas e implementos, contribuíram igualmente para transformar o país em uma das mais respeitáveis plataformas mundiais do agronegócio. A adoção de programas de sanidade animal e vegetal, garantindo a produção de alimentos saudáveis, também ajudou o país a alcançar essa condição. É evidente, entretanto, que o clima privilegiado, o solo fértil, a disponibilidade de água e a inigualável biodiversidade, além da mão-de-obra qualificada, dão ao Brasil uma condição singular para o desenvolvimento da agropecuária e de todas as demais atividades relacionadas ao agronegócio.

O país é um dos poucos do mundo onde é possível plantar e criar animais em áreas temperadas e tropicais. Favorecida pela natureza, a agricultura brasileira pode obter até duas safras anuais de grãos de acordo com a Associação Brasileira de Agricultura, Abag.

No setor de carne, o Brasil surge como sede da maior multinacional do planeta, a Friboi. O complexo carnes, que inclui outros tipos do produto, também investe em pesquisa,

---

<sup>27</sup> Bovespa é a principal bolsa de valores do Brasil.

por intermédio do melhoramento genético, e na certificação de origem do produto. Tudo para oferecer aos consumidores alimentos seguros e de alta qualidade, como o chamado "boi verde", um animal alimentado apenas com pastagem, muito diferente dos sistemas mantidos em outros países produtores.

Para o MAPA, ninguém produz soja com tanta eficiência quanto os agricultores brasileiros. No setor da soja, os estudos apontam para um crescimento de 28% na produção mundial. Grande parte ocorreria no Brasil, que teria 40% do mercado mundial em 2017 e ultrapassaria a produção dos Estados Unidos.

Após anos de perda de prestígio, o café brasileiro começa a recuperar sua fama no mundo. Algumas fazendas brasileiras estão entre as mais modernas.

A realidade dos fatos expõe um Brasil pujante e, muitas vezes, escondido. Um país que vale a pena conhecer. É uma missão de jogar luzes sobre as oportunidades e os desafios do agronegócio brasileiro.

Diante de tantos dados superlativos e de tudo o que vem acontecendo no campo, é difícil discordar de que uma parte considerável do futuro da economia brasileira está ligada ao campo. O que parece inquestionável é que o Brasil está marcado para ser uma das grandes potências mundiais do agronegócio.

O mundo olha para o Brasil com atenção – alguns o temem – pelo simples fato de que é um país competitivo como poucos. É e pode ser ainda mais. Hoje, muitas das inovações perseguidas por cientistas e pesquisadores brasileiros estão relacionadas ao setor.

Essa posição privilegiada é reconhecida por vários especialistas internacionais, como o Ex-Secretário de Estado americano Colin Powell, que descreveu o Brasil como a nova superpotência agrícola, e o agrônomo americano Norman Borlaug, prêmio Nobel da Paz em 1970 em reconhecimento à sua contribuição ao processo conhecido como ‘revolução verde’.

que permitiu triplicar o plantio de alimentos nas últimas cinco décadas. Borlaug declarou não haver dúvida sobre qual nação tem atualmente vocação para liderar o agronegócio mundial. Borlaug afirmou que “o Brasil pode representar um papel tão importante no cenário da agricultura quanto os Estados Unidos nessa área durante o século 20”.

Por qualquer ângulo que se analise o mercado, o tamanho que o Brasil adquiriu no campo do agronegócio é impressionante. O país é líder mundial de exportação de açúcar, café, suco de laranja e soja. Assumiu também a dianteira nos segmentos de carne bovina e frango, depois de ultrapassar tradicionais concorrentes, como Estados Unidos e Austrália. Essas boas posições devem consolidar-se ainda mais nos próximos anos. As vantagens do Brasil no campo da agricultura são enormes. Nenhum outro lugar do mundo tem a mesma conjunção de vantagens naturais, como clima favorável, água e terras em abundância para a utilização agrícola segundo dados da Associação Brasileira de Agronegócio.

De acordo com estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, o país possui 60 milhões de hectares de terrenos utilizados em algum tipo de atividade no campo – e outros 300 milhões de hectares ainda disponíveis. Entre os países avaliados pela pesquisa da FAO, a Rússia é o segundo país com maior estoque de terras disponíveis – 160 milhões de hectares. Os Estados Unidos, por sua vez, possuem apenas 150 milhões de hectares para a expansão de sua atual fronteira agrícola.

A cada ano, segundo Pinazza e Alimandro, a população dos países em desenvolvimento aumenta em torno de 90 milhões. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a população mundial dobrará e se estabilizará nos próximos 40 a 50 anos. Mais de 90% desse crescimento vai acontecer nos países não-desenvolvidos, onde a pesquisa e a experimentação agrícola são mais escassas. A demanda por alimentos crescerá com o ritmo da expansão econômica.

O Brasil dispõe, na opinião de Pinazza e Alimandro, de escassas oportunidades para integrar-se aos mercados de investimento e tecnologia em nível mundial. A exploração de suas potencialidades no agronegócio é uma ponte alternativa e mais segura para essa travessia, ainda que existam outras. É a área em que o país está mais forte e pronto para captar divisas com exportações. O mercado interno sairá fortalecido em face do impacto extremamente positivo na geração de emprego e intensificação da geração de renda, sem desprezar a oferta de bens com padrões e custos competitivos em escala global.

A atual posição do país no mercado agrícola mundial deve-se, essencialmente, à capacidade empreendedora dos agricultores. A grande evolução tecnológica e de produtividade obtida nas últimas décadas representa uma das mais bem sucedidas histórias de empreendedorismo do capitalismo brasileiro. Nem sempre, é verdade, o setor esteve sintonizado com a modernidade. Até o início da década de 80, com bastante justiça, essa área era vista como um das mais atrasadas, capaz de sustentar-se apenas com ajuda estatal. Naquela época, o país produzia pouco mais de 50 milhões de toneladas por safra. Depois de um tempo, a muleta do crédito subsidiado acabou e os produtores tiveram de se virar por conta própria. Boa parte resolveu investir na profissionalização da gestão e em melhorias de técnicas de plantio, área em que a ajuda dos técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa revelou-se fundamental, como na saga da conquista do cerrado pela soja. Como resultado dessa evolução, o Brasil deverá colher em 2008 nada menos do que 137 milhões de toneladas de grãos, um recorde histórico. As condições climáticas favoráveis dos últimos meses e o aumento dos investimentos em insumos como sementes e adubos sustentam a previsão de produção recorde.

Um dos grandes destaques foi a evolução das empresas do mercado de açúcar e álcool, impulsionada pelo crescente interesse mundial em torno do etanol. O setor também foi o

campeão de exportações no universo avaliado, com venda de 9,1 bilhões de reais no ano de 2007 de acordo com o MAPA.

Ainda segundo o MAPA, muitos países de olho no mercado do agronegócio também investem em seus respectivos potenciais. A China é um dos países que vêm investindo alto para melhorar seu desempenho no campo. Na área de cítricos, por exemplo, o país tem o projeto de atingir até 2015 uma produção total de 1,5 milhão de toneladas a fim de diminuir sua dependência das importações do Brasil. O gigante da economia asiática não é o único competidor que desponta no cenário internacional. Devido às extensas áreas ainda não utilizadas pela agricultura, vários países da África também devem ter um peso no comércio mundial nos próximos anos, sobretudo em culturas como algodão e arroz.

Outra região que pode apresentar uma grande evolução é o Leste Europeu, onde a agricultura familiar de subsistência está sendo substituída por esquemas de produção profissionais. “A antiga ‘Cortina de Ferro’ deverá se transformar num pólo de cereais”, diz Guilherme Silva Dias, professor de economia agrícola da Universidade de São Paulo. Apesar dos avanços de outros países, nenhum deles tem potencial de desenvolvimento tão grande nessa área quanto o brasileiro. Mais do que as qualidades dos concorrentes que despontam no cenário, são as conhecidas deficiências do Brasil a única coisa que pode fazer o país não cumprir a profecia de se tornar o “celeiro do mundo”.

Paira, no entanto, na opinião de Pinazza e Alimandro, um paradigma repleto de preconceito: o de perpetuar a reprodução do modelo primário exportador, calcado em ciclos econômicos extrativos das commodities agropecuárias. Essa abordagem desconhece que as vantagens comparativas da agropecuária no país, as montagens de complexas e diversificadas cadeias trouxeram uma forte dose competitiva ao agribusiness brasileiro no âmbito internacional. O portfólio envolve produtos variados, sofisticados e de alta agregação de

valor. A tecnologia é de ponta e a administração, de primeira linha. Nada foi concebido num piscar de olhos.

## **5.2 A crise dos alimentos e o papel do agronegócio brasileiro**

A cada cinco segundos morre uma criança no mundo em decorrência de problemas provocados pela carência de calorias e proteínas mínimas para a sobrevivência. O simples fato da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgar esse dado mostra que a questão da produção e distribuição de alimentos não está resolvida.

Os EUA, líder em etanol de milho, e o Brasil, maior produtor mundial de álcool à base de cana-de-açúcar, afirmam que é importante diversificar as fontes energéticas no momento em que os preços do petróleo também estão altos e existe uma pressão por combustíveis renováveis.

O trigo, o milho, o leite, o açúcar, o ovo, o frango – tiveram seus preços inflacionados. Em alguns casos, como o do arroz, esse cereal que alimenta metade dos habitantes do planeta, o preço dobrou em um ano. Segundo dados da FAO, pela primeira vez na história, o custo global de importar alimentos passará de 1 trilhão de dólares. Esses três fatos têm muito em comum.

Em 1798, o economista inglês Thomas Malthus expõe suas idéias sobre aumento populacional na obra *Ensaio sobre o Princípio da População*. Seus cálculos indicavam que a produção de alimentos crescia em ritmo aritmético e a população aumentava em ritmo geométrico. Com base em estatísticas, concluiu que a miséria é consequência da desproporção

entre o crescimento da oferta de alimentos e o da população. Tal defasagem explicaria as guerras e as epidemias como recursos inevitáveis de redução da população.

A tese é elaborada no começo do século XIX, início da Revolução Industrial, período em que os camponeses abandonam o campo para se transformar em operários na cidade, reduzindo a mão-de-obra do setor agrícola e afetando a oferta de alimentos nos mercados urbanos. Período este, que não se diferencia muito dos tempos atuais. No ano de 2008 ocorreu a virada: pela primeira vez na história da humanidade há mais gente vivendo na cidade do que no campo. No campo, produz-se o que se come na cidade. Isso significa que há menos gente produzindo para mais gente – e, quando isso acontece, é preciso ter boa distribuição da comida. Nos Estados Unidos, as famílias rurais são 1% da população e alimentam 99%, por exemplo.

Malthus não previu vários fatores que iriam contrariar sua teoria como os fertilizantes que contrabalancearam o crescimento da população e a produção de alimentos. Acreditava-se que o fantasma da fome tivesse sido exorcizado. Não é a realidade que se apresenta. Agora, no entanto, começa a ganhar importância no meio acadêmico a escola dos neomalthusianos. A Teoria Neomalthusiana atenta para o crescimento populacional decorrente dos países em desenvolvimento, cujo crescimento provocaria a escassez dos recursos naturais, além do agravamento da pobreza e do desemprego. Em 2050, prevê-se, o mundo terá 9,2 bilhões de pessoas – ou 2,5 bilhões a mais do que hoje. Esse aumento pode acarretar grande escassez de alimentos. Segundo o economista americano, diretor do Instituto da Terra na Universidade Colúmbia, Jeffrey Sachs “a atual trajetória econômica, demográfica e ambiental do mundo é insustentável”. Ele defende a "cooperação global" para salvar o planeta e superar "o paradoxo de uma economia global unificada e uma sociedade global dividida".

A realidade é que a fome e a alta no preço dos alimentos voltou a preocupar as autoridades mundiais. A crise global é real.

A Organização das Nações Unidas publicou em abril de 2008 um mapa da nova cara da fome no mundo, alertando que 100 milhões de pessoas já são atingidas, 854 milhões de pessoas estão mal-nutridas e que o esforço de promover o desenvolvimento das regiões mais pobres do mundo nos últimos sete anos pode ser perdido com a atual crise.

Os estoques de alimentos no mundo estão em seus níveis mais baixos nos últimos 30 anos. O alerta foi feito pela ONU, que destaca que a demanda tem sido superior à produção diante do crescimento de países como China e Índia, além dos custos de transporte e o impacto do etanol.

Nesse cenário, a tendência de baixos estoques indica a manutenção dos altos preços das matérias-primas (*commodities*) nos próximos meses ou anos, o que garantirá uma renda elevada para os exportadores de produtos agrícolas. Para a ONU, porém, essa realidade não apenas é positiva para os exportadores, mas corre o risco de gerar uma maior fome no mundo.

"A alta nos preços dos alimentos está gerando o que estamos chamando de a nova face da fome. Ou seja, pessoas que de repente não podem mais pagar por seus alimentos", alerta a ONU. Segundo a visão das Nações Unidas o problema não seria a falta dos produtos nas prateleiras em muitos casos. Mas a falta de recursos para adquiri-los.

Para o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, a alta global dos preços ameaça os esforços mundiais contra a pobreza e, se não for enfrentada de forma apropriada, pode afetar o crescimento e a segurança de todo o mundo: "se não for enfrentada de forma apropriada, essa crise pode resultar em uma série de outras e se tornar um problema multidimensional que afeta o crescimento econômico, o progresso social e mesmo a política de segurança em todo o mundo",

A diretora do Programa Mundial de Alimentos da ONU (WFP), Josette Sheeran, afirmou que o preço de alimentos básicos no mundo deve continuar a subir até 2010. Em Bruxelas, durante sessão do Parlamento Europeu, Sheeran afirmou que a inflação no setor está gerando mais fome no mundo e causou um rombo de US\$ 500 milhões no orçamento do WFP em 2008. Atualmente cerca de 90 milhões de pessoas em todo o mundo dependem da ajuda do WFP para se alimentar. Josette Sheeran afirmou também que "a insegurança alimentar não representa apenas uma ameaça para a fome, mas também para a paz e a segurança". A alta no preço dos alimentos já causou uma onda de protestos desde a África até a América Central. Houve revoltas populares contra a fome no Zimbábue (que mergulhou em profunda crise política), Mauritânia, Camarões, Costa do Marfim, Burkina-Faso, Senegal, Coréia do Norte e Haiti.

A razão dessa crise, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, tem sido atribuída, entre outras razões, à alta mundial do custo dos alimentos, à crescente demanda de países emergentes, como a China e a Índia, os baixos estoques agrícolas, as mudanças climáticas e o uso alternativo de lavouras de soja, milho e de cana-de-açúcar para a produção de biocombustíveis. Também contribuem para a hiperinflação dos alimentos os altos preços do petróleo, que elevaram o custo dos transportes e dos insumos. Números divulgados pela ONU em fevereiro de 2008 indicam que os preços de alimentos aumentaram 40% no último ano, devido à crescente demanda de países em desenvolvimento e à alta do preço do petróleo. O trigo, por exemplo, subiu 130%. Outro produto fundamental, o milho, teve seu preço dobrado nos últimos dois anos.

A crescente demanda de países emergentes por alimentos pode ser considerada o principal fator para o surgimento da atual crise. A economia mundial cresceu 20% nos últimos 4 anos, aumentando o consumo de alimentos em países emergentes como China, Índia e

Brasil, onde vive uma parcela de mais de 30% da população mundial. Além de comer mais, a população desses países está se tornando mais urbana. Um bom exemplo é o do consumo de carne na China. Segundo dados publicados pela revista britânica *The Economist*, cada chinês consumia em média 20 quilos de carne por ano em 1985. Hoje, consome 50. Maior consumo de carne quer dizer maior consumo de grãos. Para produzir um quilo de carne bovina, são necessários 8 quilos de grãos.

O preço do barril de petróleo aumentou 110% entre o início de 2007 e abril de 2008, o que elevou o preço dos transportes e dos insumos, como fertilizantes e adubos.

Os biocombustíveis também são apontados como um vilão. O principal problema tem relação com o etanol produzido nos Estados Unidos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a produção de etanol americana é responsável por metade do aumento da demanda mundial de milho nos últimos três anos. Isso aumentou o preço do milho e o preço das rações. Dessa forma, aumentam também os custos de produtos bovinos e suínos, já que o milho é usado em rações animais. De acordo com o Departamento de Agricultura, o mesmo ocorreu com outras colheitas - principalmente a soja - quando os produtores decidiram mudar seus cultivos para o milho.

Os críticos dessa tecnologia argumentam que o uso de terras férteis para cultivos destinados a fabricar biocombustíveis reduz as superfícies destinadas aos alimentos e contribui para o aumento dos preços dos alimentos. No Brasil o etanol é produzido a partir da cana-de-açúcar. Dos 355 milhões de hectares disponíveis para plantio no país, somente 90 milhões seriam adequados à cultura de cana, que atualmente ocupa apenas 7,2 milhões de hectares (metade deles para a produção de açúcar). Em São Paulo, a plantação de cana ocupou

o espaço de pastagens, nos últimos anos, sem que a produção de carne bovina tenha diminuído.

Secas, enchentes, pragas e doenças nos rebanhos provocaram graves quebras de safra na China, na Europa e Austrália, reduzindo a oferta de alimento.

O diretor da ONU para Agricultura e Alimentação, Jacques Diouf, alertou sobre a possibilidade de guerras civis em alguns países devido à escassez de alimentos e pediu uma reforma no sistema internacional de alimentos. Segundo ele, os líderes internacionais não reagiram aos alertas da agência da ONU ao que ele classificou de "catástrofe previsível". Diouf lamentou as políticas competitivas de diferentes organizações internacionais, algumas vezes na própria ONU, e disse que isso geralmente faz com que a implementação de programas da FAO contrariem as políticas do Fundo Monetário Internacional , FMI e do Banco Mundial.

Um relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, FAO, para a reunião de cúpula sobre a crise alimentar mundial realizada em Roma no mês de maio de 2008 traz previsões sombrias. Segundo o relatório, os alimentos não voltarão a ser baratos como antes. A comida mais cara, portanto, chegou para ficar. É uma situação que deixa ainda mais vulneráveis 850 milhões de pessoas ao redor do planeta, uma massa cronicamente subnutrida que vive sempre sob o espectro da fome. Antes, uma análise elaborada por uma equipe do Banco Mundial já fazia previsões parecidas. Dizia que os preços ficarão altos até 2009, quando então começarão a cair. A queda, porém, não será acentuada, e os preços ficarão "bem acima" do nível registrado em 2004. O Banco Mundial calcula que a situação ficará como está, ameaçadora e preocupante, pelo menos até 2015. E em 2015 a

população mundial terá cerca de 600 milhões de bocas a mais para alimentar. É o equivalente a quase três Brasis a mais.

### **5.2.1 O biocombustível é realmente um vilão?**

A cúpula da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, foi inicialmente planejada no ano de 2007 para acontecer no início do mês de junho de 2008 em Roma. Seria discutido o impacto das mudanças climáticas na produção de alimentos. No entanto, a crise provocada pelo forte aumento no preço dos alimentos nos meses recentes mudou a agenda do encontro.

Os biocombustíveis, há pouco festejados como alternativa para salvar o planeta do acúmulo de gás carbônico e da dependência do petróleo, foram apontados por muitos como um dos fatores que está provocando a crise - estiveram no centro dos debates em Roma. O texto-base da FAO afirma que "os biocombustíveis são um fator significativo nos recentes aumentos do preço de commodities".

O documento Bioenergia, segurança alimentar e sustentabilidade, em busca de um acordo internacional foi elaborado para as discussões entre chefes de Estado nessa conferência da FAO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma defesa ao programa brasileiro de etanol no encontro. O presidente brasileiro denunciou o "intolerável protecionismo que atrofia e desorganiza" a produção agrícola dos países pobres e defendeu o uso dos biocombustíveis frente aos que culpam a fonte de energia pela alta do preço dos alimentos. As críticas ao etanol, argumentou, se trata de uma "cortina de fumaça lançada por

lobbies poderosos, que pretendem atribuir à produção de etanol a responsabilidade pela recente inflação do preço dos alimentos”. "Vejo com indignação que muitos dos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão", criticou. "Vejo com desolação que muitos dos que responsabilizam o etanol - inclusive o etanol da cana-de-açúcar- pelo alto preço dos alimentos são os mesmos que há décadas mantêm políticas protecionistas."

Ao defender o etanol brasileiro, produzido a partir da cana-de-açúcar, o presidente comparou o produto ao colesterol e criticou o biocombustível produzido a partir de alimentos básicos, como o milho. "Não sou favorável a que se produza etanol a partir de alimentos, como no caso do milho e outros. Não acredito que alguém vá querer encher o tanque do seu carro com combustível, se para isso tiver de ficar de estômago vazio."

Os Estados Unidos são os maiores produtores de etanol a partir de milho cuja produtividade é baixíssima e a indústria é distorcida pela alta quantidade de subsídios – 35 bilhões de dólares apenas em 2007. Calcula-se que sejam necessários 240 quilos de milho (o suficiente para alimentar uma pessoa por um ano) para produzir 100 litros de etanol. Além disso, ele emite menos gás carbônico, mas numa redução de, no máximo, 20%. "Calculamos que os biocombustíveis respondem por cerca de 30% do aumento no preço do milho”, diz David Orden, do *International Food Policy Research Institute*, com sede em Washington. A produção aumenta a cada ano, mas em vez de ser vendido como alimento ou ração animal, cada vez mais o milho tem sido usado como matéria-prima para biocombustível, mantendo os preços em alta no mercado internacional.

No caso da Ásia, o etanol vem do óleo de palma, cuja expansão tem promovido o desmatamento florestal dada a escassez de terra. Na Europa, o etanol sai do óleo de canola, cuja produção embute os mesmos problemas do combustível americano. Ou seja: também é

pouco produtivo, também está minado por subsídios e também vive à sombra de medidas protecionistas para evitar a concorrência com o etanol brasileiro.

O etanol do Brasil, que vem da cana-de-açúcar, é melhor em tudo: é mais produtivo, reduz emissões de gás carbônico em até 90%, não sobrevive à base de subsídios governamentais e não cresce à custa do desmatamento da Amazônia. Lula citou dados, em seu discurso na FAO, segundo os quais apenas 0,3 por cento da área total de canaviais do país está na região Norte, que abriga a maior parte da Amazônia. "Ou seja, 99,7 por cento da cana está a pelo menos 2 mil quilômetros da floresta amazônica. Isto é, a distância entre nossos canaviais e a Amazônia é a mesma que existe entre o Vaticano e o Kremlin".

A indústria do etanol brasileiro não tem como esconder, no entanto, que nem todas as suas práticas são ambientalmente responsáveis ou socialmente adequadas. Os cortadores de cana formam uma massa de trabalhadores sem qualificação que trabalham de sol a sol, ganham pouco e, historicamente, são flagrados em condições degradantes de trabalho. Isso tudo tem sido usado lá fora para barrar o etanol brasileiro. E são problemas reais. Isso não quer dizer, porém, que Estados Unidos e Europa estejam autenticamente preocupados com tais problemas. Se fosse assim, talvez estivessem empenhados em melhorar o padrão social e ambiental de nigerianos ou venezuelanos que ganham pouco e poluem muito trabalhando na indústria do petróleo de seus países – cujos barris americanos e europeus docemente aceitam comprar. Ao Brasil, porém, cabe fazer sua parte: produzir bem e melhor, em condições ambientais saudáveis e num quadro social digno.

O Banco Mundial faz a distinção clara no mercado de biocombustíveis e afirma: "O Brasil é o maior e o mais eficiente produtor de biocombustíveis do mundo, com base na sua produção de cana-de-açúcar de baixo custo. Mas são poucos os outros países em

desenvolvimento que podem ser produtores eficientes com as tecnologias atuais". Ainda, segundo o documento elaborado pela FAO, "de todos os biocombustíveis líquidos, só o etanol brasileiro à base de cana-de-açúcar tem sido consistentemente competitivo nos últimos anos, sem necessidade de subsídios contínuos."

Os governos precisam "olhar de maneira mais cuidadosa para a ligação entre a aceleração na produção de biocombustíveis e o suprimento de alimentos".

### **5.2.2 Soluções propostas**

O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, propôs um "novo contrato" alimentar em nível mundial para enfrentar o aumento dos preços dos produtos agrícolas. O objetivo da idéia é enfrentar tanto as emergências alimentares como estimular o necessário desenvolvimento a longo prazo da agricultura.

Diouf, diretor da FAO, concordou com a idéia de instituições globais estabelecerem um fundo de segurança alimentar, como o que a comunidade internacional criou para combater a Aids a partir de 1980.

O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Gordon Brown, escreveu uma carta pedindo que a questão seja discutida durante a próxima cúpula do G8. "O aumento do preço dos alimentos ameaça anular os avanços em matéria de desenvolvimento obtidos nos últimos anos. Pela primeira vez em décadas, o número de pessoas que sofrem com a fome aumenta", alertou o *Premier*.

“Temos de acreditar que seremos capazes de dar de comer a todos e tomar as providências necessárias”, diz o estudioso David Orden, do *International Food Policy Research Institute*, em Washington, e professor da Universidade *Virginia Polytechnic*.

Para Josette Sheeran, diretora do Programa Mundial de Alimentos da ONU, “uma forma de combater a crise é melhorando a distribuição. A produção mundial é suficiente para alimentar todos. Só que não chega a todos”. Duas medidas são inevitáveis. A primeira, de curto prazo, é despachar ajuda imediata aos milhões ameaçados pela fome, de modo a evitar uma crise humanitária de grandes proporções. A segunda, não muito bem vinda para todos, é o uso dos transgênicos. “A biotecnologia é uma das ferramentas mais promissoras quando se trata de melhorar a produtividade agrícola e aumentar a renda dos agricultores pobres”, disse o secretário norte-americano de Agricultura, Ed Schafer. “Estamos convencidos dos benefícios que ela oferece aos países em desenvolvimento e aos pequenos agricultores”. A Europa, adversária histórica dos organismos geneticamente modificados, dá sinais de que pode rever determinados conceitos.

Para o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, as negociações da Rodada de Doha podem ser uma solução a longo prazo. “Apesar de a OMC não poder fornecer nada imediato para ajudar a resolver a atual crise, ela pode, através das negociações da Rodada de Doha, garantir soluções no médio a longo prazo”. Um novo acordo comercial ajudaria a aliviar o impacto dos altos preços ao baixar barreiras ao comércio de produtos agrícolas, incluindo subsídios em países ricos, disse ele.

Economistas americanos afirmam que o Brasil é uma “solução óbvia” para o problema da alta do preço dos alimentos que ameaça o mundo. No entanto, o potencial do país nessa área tem sido largamente ignorado. “O mundo desenvolvido parece propositadamente míope em relação às oportunidades que o Brasil apresenta. O problema é que a maior parte da

produção agrícola brasileira continua enfrentando tarifas proibitivas e outras barreiras colocadas pelos mercados desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos”. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, afirmou que a resposta correta à crise dos alimentos, além de dar prioridade ao combate à fome, é atacar a raiz do problema: os subsídios dos países ricos, que enfraquecem a produção das nações em desenvolvimento. “A fome mundial não é resultado de falta de oferta, mas principalmente do baixo nível de renda dos países pobres”, afirmou o ministro.

O Brasil tem terras suficientes para ser um grande fornecedor mundial de álcool combustível e de alimentos, garante o ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e co-presidente da Comissão Interamericana de Etanol. Esse fato pode ser comprovado pelos dados da Companhia Nacional de Abastecimento que comprova uma produção nacional de cana-de-açúcar recorde de 547,2 milhões de toneladas em 2007-2008, 15,2% superior à colheita do ciclo anterior assim como uma safra recorde de grãos de 142,03 milhões de toneladas, 7,2% a mais que em 2007. Segundo Roberto Rodrigues, dos 62 milhões de hectares cultivados no Brasil, 3 milhões destinam-se à cana de açúcar para produção de etanol. A Comissão Interamericana de Etanol defende o equilíbrio entre a produção de alimentos e de agroenergia.

Há ainda, outros 220 milhões de hectares de pastagens, dos quais 90 milhões estão aptos para a agricultura – destes, 22 milhões para cana de açúcar e 68 milhões que podem ser usados na produção de alimentos. “Portanto, o Brasil tem condições de suprir o mundo de etanol e também de alimentos”.

Estudos do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas, afirmam que a América Latina e o Brasil têm todas as condições de serem de fato os celeiros do mundo, mas

precisam promover uma reforma profunda em sua estrutura agrária para acabar com a pobreza e a fome, além de garantir que o meio ambiente será preservado.

### **5.3 Perspectivas**

Há uma extraordinária evolução na agricultura do país. Esse crescimento extraordinário deveu-se, fundamentalmente, a preços de commodities adequados, que fizeram com que os produtores incorporassem tecnologia e avançassem de maneira muito positiva no crescimento de produção. Para Roberto Rodrigues, o agronegócio tem sido e continuará sendo a grande alavanca de crescimento do saldo comercial do Brasil.

As mudanças demográficas que o mundo vem passando devem ser monitoradas de perto para o posicionamento estratégico do Brasil. Projeções para 2050 indicam que a população da Índia será de 1,5 bilhão de pessoas, a China terá 1,4 bilhão, os EUA, 410 milhões, o Paquistão, 350 milhões e a Indonésia, 300 milhões. Com o crescimento de todos esses países em termos de renda (exceto os Estados Unidos), é nítido o aumento de consumo que eles demandarão em proteína animal e grãos – em síntese, eles não terão como não ser enormes mercados para a produção vinda do Brasil. De forma análoga, diversos países terão redução populacional. Estima-se que, até 2050, a Rússia caia de 150 milhões para 110 milhões e habitantes, e a Itália, de 57 milhões para 44 milhões.

Como prevê a Organização das Nações Unidas, o crescimento do PIB de países como China e Índia será superior ao do Brasil. O horizonte de crescimento de exportações para a China, particularmente, que vive hoje uma expectativa de êxodo rural nos próximos 15 anos da ordem de 170 milhões de pessoas, que sairão do campo para as cidades vai implicar em duas questões. Primeiro, o aumento da renda per capita, que nas cidades da China é muito

maior do que na zona rural, portanto uma demanda adicional por alimentos; e segundo, uma redução na produção de alimentos, porque grande parte da agricultura chinesa é feita por irrigação, e como a demanda urbana por água será muito mais forte nos próximos anos a expectativa é que se tenha, na China, uma redução da oferta interna de alimentos e um aumento da demanda interna de alimentos. O Brasil propôs ao governo chinês, a criação de um comitê bilateral Brasil/China para a agricultura, que identifique, ao longo dos próximos 20 anos, qual vai ser o crescimento de demanda chinesa por alimentos, produtos por produtos, para que se avalie, nesse cenário, o que o Brasil poderia atender e o que teria de ser feito para que isso ocorresse, inclusive em termos de infra-estrutura e logística, pensando até mesmo em uma saída para o Pacífico e em eventual investimento chinês nessa infra-estrutura, que seria pago, depois, com as exportações.

Para Neves, a população no mundo vem crescendo, continuará crescendo, enquanto a área disponível de terra para a agricultura não cresce, a terra disponível para agricultura é a mesma desde o começo dos tempos. Então, o que existe, evidentemente, é uma diminuição da área agricultável *per capita* no mundo. Por outro lado, a área agricultada nos principais países, grandes países e países agrícolas relevantes, aproxima-se da área agricultável *vis-à-vis*. É o Brasil o país que tem uma área agricultada infinitamente menor, percentualmente à área agricultável, do que os demais países, como potencial, portanto, de crescimento. Os americanos têm uma área agricultada muito maior do que a nossa, bem como a Rússia. A Índia e a China, praticamente têm suas áreas agricultáveis quase que inteiramente ocupadas, bem como a União Européia. Enquanto que o Brasil tem um incrível potencial de crescimento.

Há uma informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de que esse potencial de crescimento que o Brasil tem se dará em função de alguns horizontes possíveis. O primeiro é o seguinte: há um extraordinário crescimento na pecuária de corte

brasileira, em termos tecnológicos. A tecnologia da pecuária de corte no Brasil hoje é uma das mais avançadas do mundo. Nos próximos 15 anos, cerca de 30 milhões de hectares, hoje ocupados com pastagens, serão transferidos para a agricultura, ou seja, o país demorou 500 anos para plantar 62 milhões de hectares com produtos agrícolas, mas o horizonte, se houver mercado e potenciais de crescimento lá fora em termos de importações, o Brasil poderá crescer 50% de área agricultada nos próximos 15 anos. E ainda restariam 270 milhões de hectares. O que há de importante nessa informação é que esse crescimento se dará em áreas de pastagem, portanto área que não é Floresta Amazônica, área que não é cerrado, área que já é ocupada com a exploração agrícola.

Levantamento recente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, concluiu, que nos próximos dez anos o Brasil deverá crescer em 60 milhões de toneladas a produção de grãos para atender a demanda mundial, sobretudo de soja e de milho, ou seja, 50% a mais do que é produzido hoje. É um número alucinante, dois milhões de hectares por ano para países concorrentes, é uma coisa tão distante que parece impossível. O Brasil tem crescido mais do que isso nos últimos quatro ou cinco anos, portanto há condições reais de avanço de maneira espetacular nessa direção.

Há fatores positivos nessa perspectiva, entre os quais três são principais: terra disponível. Segundo, o Brasil tem a melhor tecnologia tropical do planeta, graças principalmente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. E o terceiro fator relevante é a questão ligada a recursos humanos na agricultura. O fato é que não existe interesse dos jovens de permanecer na agricultura nos países desenvolvidos, ao passo que, no Brasil é diferente. Terra disponível, tecnologia tropical e gente preparada: esses três fatores fazem do Brasil um país absolutamente único em termos de potencial agrícola.

O Brasil possui fatores positivos que o permite visualizar um horizonte de crescimento na agricultura brasileira, realmente formidável para os próximos anos. É evidente que esse

horizonte só se consolidará se o país romper alguns gargalos dramáticos da sua condição de crescimento. O primeiro deles é a falta de dinheiro para a agricultura. Roberto Rodrigues cita a falta de dinheiro de governo, seja para pesquisa, seja para defesa sanitária. Embora o agronegócio tenha aquele peso formidável de 30% do PIB, um terço dos empregos e quase metade das exportações, isso não se traduz em investimentos por parte do governo. Também na defesa sanitária há um gargalo. Há um orçamento precaríssimo para defesa animal, o que pode derrubar um potencial de US\$ 10 bilhões em dois ou três anos na exportação de carnes. É preciso cuidar muito bem dessa área. Um outro gargalo é a questão de infra-estrutura logística e elevada carga tributária, todos eles de responsabilidade do governo. Para empresários da área, pesquisados pela revista Exame, nos próximos anos o maior desafio do setor é reduzir o custo Brasil e aumentar a competitividade. Para o professor Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Estudos Logísticos da Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais, “o que falta ao país é um plano estratégico de criação de corredores logísticos para o escoamento de produtos, com integração de rodovias, hidrovias e portos”.

O terceiro é mercado. Não adianta aumentar a produção se não tiver quem compre. E há uma fortíssima restrição, que é o protecionismo aos países desenvolvidos, que vem sendo tratado no âmbito da OMC. O Brasil teve duas vitórias relevantes na OMC: contra o subsídio americano ao algodão e europeu em relação ao açúcar. O que vale como uma nova referência nas negociações da OMC, e mesmo nas negociações da União Europeia com o Mercosul, bem como em negociações bilaterais.

Um quarto entrave seria as barreiras mercadológicas. Não resta dúvida que, a partir do momento em que a produção vinda do Brasil for superando barreiras tarifárias e não tarifárias, surgem as barreiras de acesso aos consumidores e mercados. Uma grande rede inglesa de supermercados, por exemplo, estampa com orgulho em suas lojas que ela está dando suporte aos produtores, pois 97% da carne e 100% do leite e dos ovos lá vendidos são comprados de

produtores ingleses. De maneira análoga, não é difícil encontrar nos Estados Unidos a afirmação: “Orgulhosamente, vendemos carnes americanas”. Essas barreiras de acesso aos consumidores, de confiança nas marcas e nos produtos serão as próximas, e são infinitamente mais complexas de serem trabalhadas.

Água e energia representam a grande mudança de paradigma na agricultura mundial segundo a FAO. Os preços de petróleo hoje sinalizam um convencimento mundial de que se trata de um produto que vai acabar um dia, 40, 50, 80 anos, não importa. A academia mundial está debruçada sob essa questão, especulando as alternativas existentes para isso. No curto prazo, a alternativa mais óbvia é de origem agrícola, seja etanol, seja biodiesel, até porque esses produtos terão uma mudança também paradigmática na agricultura mundial, porque qualquer país poderá produzir o seu combustível. É evidente que vai produzir quem for competitivo, e são os países tropicais que serão mais competitivos, seja no etanol, seja no biodiesel. Isso cria uma condição de enriquecimento, emprego e renda dos países em desenvolvimento, uma atividade muito mais sustentável do ponto de vista ecológico, ambiental. Os produtos energéticos de origem agrícola são muito melhores que o petróleo em termos ambientais. E, sobretudo, muda a relação de comércio entre países, reduzindo a distância entre pobres e ricos, o que contribuirá para a paz mundial e, de alguma forma, para a democracia.

O Brasil irá superar os Estados Unidos e controlará o mercado de soja no mundo em até dez anos. Além disso, continuará sendo o maior exportador de açúcar e será o líder no mercado de carnes, a afirmação é da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, que, em suas previsões para a próxima década, apontam que os grandes países emergentes passarão, em até dez anos, a dominar a produção e o comércio no setor agrícola.

Até 2015, a participação nacional no mercado internacional de soja deve crescer dos atuais 36% para 46%.

No setor do açúcar, a FAO e a OCDE garantem a posição de liderança do Brasil na próxima década, tanto como produtor como exportador. Isso permitirá que o país determine os preços internacionais.

No mercado de carnes, 30% das exportações mundiais serão controladas pelo Brasil até 2017. Isso graças ao volume de terras abundantes, capital e tecnologia.

No caso do frango, o salto será de 58% para 66%. Nas áreas em que o país ainda tem uma fatia pequena do comércio mundial, as evoluções devem ser muito maiores. Na suinocultura, por exemplo, de acordo com previsões dos especialistas da área, o Brasil deve quadruplicar sua participação, conquistando metade do mercado internacional. “Em um futuro próximo, a suinocultura será tão importante para a balança comercial do país quanto são hoje o frango e a carne bovina”, afirma Pedro Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportador de Carne Suína (Abipecs).

Outro mercado promissor para o agronegócio brasileiro, segundo Neves, é o mercado de orgânicos. Em orgânicos, acredita-se em mercado crescendo 30% ao ano. Existe espaço e margens para que empresas e cooperativas aloquem suas produções para esse mercado. Vale destacar aqui o esforço da Balbo, com a marca Native<sup>28</sup>, exportando produtos com marca para mais de 33 países.

Também não se deve esquecer a responsabilidade social das empresas do agronegócio. Muito tem sido feito aqui e muito mais será cobrado no futuro: ações de tratamento adequado de recursos humanos, de melhoria das comunidades e vínculo com o desenvolvimento de indicadores sociais.

---

<sup>28</sup> A fazenda de Leontino Balbo tem a maior lavoura orgânica de cana-de-açúcar do mundo e está localizada na cidade de Sertãozinho interior do estado de São Paulo.

Além das vantagens naturais, existe uma conjuntura muito favorável para os negócios do Brasil no campo nos próximos anos. Em um cenário de curto prazo, o país deve beneficiar-se da alta de preços de algumas das principais *commodities* agrícolas no mercado internacional, como café, açúcar e soja. A tendência de valorização varia de 10% a 15%, dependendo da cultura. Essa inflação vem sendo ocasionada por quebras de safras de importantes países produtores e pelo aquecimento da demanda por alimentos provocada pela evolução da população mundial. Essa pressão deve tornar-se ainda maior no futuro. Com taxa de crescimento demográfico mundial estimada em 30% até 2020, proporcionada em sua maior parte pela China e Índia, que hoje abrigam 40% da população mundial, haverá um impulso grande para o aumento da produção de alimentos. Segundo Marcos Jank, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), “o Brasil é a nação que tem as melhores condições para suprir essa necessidade” e se tornar o verdadeiro celeiro do mundo.

## Conclusão

O Brasil construiu um dos sistemas agroindustriais mais competitivos do mundo. Recursos naturais, biodiversidade e terra em abundância, recursos humanos e conhecimento desenvolvido e aplicado atraíram capital necessário para alavancar o processo. Políticas públicas adequadas, negociações em âmbito internacional e a abertura e regulamentação da economia completaram o processo de inserção do agronegócio no cenário mundial.

O Brasil se tornou um grande ator, cresceu, se especializou, desenvolveu tecnologias e hoje é um grande exemplo para outros países. Transformação quase silenciosa. Além de exemplo possui características únicas para a continuação desse grande processo de desenvolvimento.

O principal desafio deste trabalho foi mostrar a posição de protagonista que o agronegócio atingiu no país e no mundo. Afinal, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio brasileiro representa 30% do Produto Interno Bruto nacional, gera 37% de todos os empregos que o país tem e é responsável por 43% das exportações. Esse excelente desempenho das exportações, a crescente oferta de empregos na cadeia produtiva, o desenvolvimento científico-tecnológico ancorado na Embrapa, a modernização da atividade rural, a estabilidade econômica que o país vem atravessando, a adoção de programas de sanidade animal e vegetal, clima privilegiado, solo fértil, a disponibilidade de água, a inigualável biodiversidade juntamente com a abundante oferta de terras férteis para utilização agrícola, cerca de 300 milhões de hectares segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), transformam o Brasil em uma das mais respeitáveis plataformas mundiais do agronegócio.

A entrada no mercado global de milhões de pessoas que precisam ser alimentadas, encabeçadas por China e Índia, o alto valor do barril de petróleo fato esse que tornou mais caro transportar alimentos e comprar fertilizantes, por exemplo, a gigantesca fome por *commodities* de vários países emergentes, principalmente a China e o aumento de 60% no preço das mesmas, segundo o anuário 2008-2009 sobre agronegócio da revista Exame, fizeram renascer as idéias de Thomas Malthus. O fantasma da fome reapareceu e a crise dos alimentos é real e global. A solução? Produzir mais. Excelente notícia para o Brasil. Diante do panorama mundial, o Brasil surge como país indispensável, pois é a região que está melhor preparada para ser expandida rapidamente segundo o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. Indispensável por ter a maior fronteira agrícola do mundo, isso sem avançar um centímetro pela Amazônia, por ter um clima favorável e contar com uma elite esclarecida de produtores rurais capaz de transformar com competência essas terras disponíveis.

A chave para essa transformação e aumento de produção é o contínuo investimento em pesquisas e tecnologia. Muitos, como o secretário norte-americano de Agricultura, Ed Schafer, defendem também o uso da biotecnologia para buscar ganhos de produtividade e redução de custos no campo. Além disso, há enormes benefícios potenciais de um choque de infra-estrutura para diminuir a perda de grãos em estradas esburacadas e frear os preços dos fretes. A continuação das negociações em âmbito internacional como a Rodada Doha são essenciais para se alcançar uma maior liberalização do comércio. Assim como a valorização do etanol brasileiro como o mais competitivo e economicamente viável do planeta.

Alimentos e energia. O mundo precisa desesperadamente deles. O Brasil tem hoje para entregar.

Não há dúvida de que o Brasil é a nação que tem atualmente vocação para liderar o agronegócio mundial.

Desafios se apresentam sempre. Esses desafios não são maiores que aqueles do passado. Muitas conquistas devem ser buscadas, pensando mais em lutar que em lucrar, principalmente no que diz respeito ao fato de proporcionarem o crescimento dos países em desenvolvimento para driblar a atual crise dos alimentos e a melhor distribuição de renda. Porque o agronegócio, esse grande sistema, é feito principalmente por pessoas simples do campo que buscam seu sustento e transformam esse gigante da economia.

Concluo com esta pesquisa que o agronegócio seguirá como um propulsor do crescimento brasileiro, mais do que tudo por ter percebido a força que o conhecimento confere aos recursos naturais os quais nosso país tem em abundância. O Brasil tem vocação para ser o celeiro do mundo.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de Agronegócios*. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- ARAÚJO, Ney Bittencourt; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo Agroindustrial: O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990, p. 3.
- BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas S.A., 2004. p. 130-185.
- BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília: CNPq, 2000, p.5
- CARDOSO, Alaor Silvio. *Vantagens Comparativas das Exportações Brasileiras para a Alemanha*. O modelo de Hecksher Ohlim. Universidade Católica de Brasília, Brasília 2003.
- CASTRO, Antônio Maria Gomes de. *Análise da Competitividade de Cadeias Produtivas*. EMBRAPA: Manaus, 2000. p. 4.
- DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray. A. *A concept of agribusiness*. New York: Alpine. 1957. P. 136. In: SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos; QUEIROZ, João Eduardo Lopes (Coord.). *Direito do agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 25-27.
- EMBRAPA. *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: a história da Embrapa*. Embrapa: Brasília, 2002.
- JOQUEBEDE, Maria Pessoa. Referencial teórico In: As exportações do Brasil para a União Européia e a Questão das Barreiras Comerciais, p. 17
- JÚNIOR, Alberto do Amaral (Coord.). *OMC e o Comércio Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

LOPES, Eliezer de Lima (Coord). *Intercâmbio Comercial do Agronegócio*. Trinta principais parceiros comerciais. Brasília: MAPA/SRI/DPI/CGOE, 2007.

NEVES, Marcos Fava, ZYLBERSZTAJAN, Decio, NEVES, Evaristo Marzabal. *Agronegócio do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005

PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Regis (Coord.). *A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócio no Terceiro Milênio* Rio de Janeiro: ABAG/Agroanalysis/FGV, 1999.

SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos; QUEIROZ, João Eduardo Lopes (Coord.). *Direito do agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum, 2005, p. 24-27.

THORSTENSEN, Vera. *OMC Organização Mundial do Comércio*. As regras do Comércio Internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Ensino, Pesquisa e Consultoria nos Agronegócios: as Múltiplas Linguagens do Profissional dos Agronegócios*. In: PINAZZA, Luiz Antônio; ALIMANDRO, Regis (Coord.). *A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócio no Terceiro Milênio* Rio de Janeiro: ABAG/Agroanalysis/FGV, 1999, p. 95-96.

Sites pesquisados:

<http://g1.globo.com>

<http://www.abag.com.br>

<http://www.abagrp.org.br>

<http://www.agricultura.gov.br>

<http://www.agroanalysis.com.br>

<http://www.cepea.esalq.usp.br>

<http://www.cna.org.br>

<http://www.iconebrasil.org.br>

<https://www.fao.org.br>

